UNISINOS

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS

JESUÍTAS Missão transformadora.

IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

Arqueologia da mídia. Um passado presente

Siegfried Zielinski
"Ser offline e existir online"

Erick Felinto de Oliveira
Um futuro complexo, híbrido, incerto e heterogêneo

Francisco Rüdiger
O passado pode nos ensinar a seu próprio respeito

E mais:

>> **Bartolomeu Leite da Silva**
Hans Jonas e a vida como valor máximo

>> **Marco Scapini:**
Abolicionismo, vida e tempo

375
Ano XI
03.10.2011
ISSN 1981-8769

Editorial

Arqueologia da mídia. Um passado presente

"Não aceitamos a ideia de que a mídia tenha sido inventada no século XIX com o advento da fotografia, telefonia e cinematografia, ou seja, que a mídia seja resultado da industrialização". Assim o pesquisador alemão **Siegfried Zielinski** compreende a arqueologia da mídia, conceito por ele criado e que inspira o debate da **IHU On-Line** desta semana.

Para o jornalista **Fabrício Lopes da Silveira**, professor da Unisinos, mais do que abordar os conteúdos da comunicação, os estudos da arqueologia da mídia preocupam-se com a história dos aparatos tecnológicos. "Estudar a história dos tempos profundos da imagem significa também buscar raízes da própria escrita", assevera **Norval Baitello Júnior**, docente na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Na opinião de **Francisco Rüdiger**, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, embora a atitude crítica não seja cultivada pelos seus praticantes, os estudos de arqueologia da mídia, pela sua própria metodologia, estabelecem confrontação de seus resultados com o culto do novo que tanto marca a cultura da mídia e o avanço das tecnologias. **Gustavo Fischer**, da Unisinos, aponta a articulação necessária entre a arqueologia e a genealogia das mídias. O professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ, **Erick Felinto**, afirma que o sucesso do digital e dos temas da cibercultura trouxe como consequência certo esquecimento prejudicial do passado e uma incapacidade de se compreender melhor a gênese histórica dos fenômenos.

Paola Madeira Nazário, coordenadora e docente do Curso de Especialização em Televisão e Convergência Digital debate as *Tecnologias da Informação e a marginalização social*.

As relações da humanidade com o meio não podem prosseguir subjetiva e egoisticamente, aponta **Bartolomeu Leite da Silva**, professor na Universidade Federal da Paraíba – UFPB, analisando a filosofia de Hans Jonas.

Nas fronteiras da lei: o abolicionismo de Louk Hulsman é a temática do **IHU ideias** desta semana, com a presença do advogado **Marco Antonio Scapini**.

O filósofo espanhol e professor na Unisinos, Castor Bartolomé Ruiz, reflete sobre *A testemunha, um acontecimento,* adiantando aspectos que irá abordar nesta segunda, dia 03-10-2011, na programação do evento **Tópicos Especiais II: Giorgio Agamben: "O Homo Sacer I, II, III . A exceção jurídica e o governo da vida humana"**.

O biólogo **Uwe Schulz**, nascido em Berlim, na Alemanha, e radicado há 16 anos no Brasil, docente na Unisinos, conta aspectos de sua trajetória pessoal e profissional.

A todas e a todos uma ótima semana e uma excelente leitura.

Expediente

IHU On-Line é a revista semanal do Instituto Humanitas Unisinos – IHU – Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos. ISSN 1981-8769. Diretor da **Revista IHU On-Line**: Inácio Neutzling (inacio@unisinos.br). Editora executiva: Graziela Wolfart MTB 13159 (grazielaw@unisinos.br). Redação: Márcia Junges MTB 9447 (mjunges@unisinos.br), Patricia Fachin MTB 13062 (prfachin@unisinos.br) e Thamiris Magalhães (thamirism@unisinos.br). Revisão: Isaque Correa (icorrea@unisinos.br). Colaboração: César Sanson, André Langer e Darli Sampaio, do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores – CEPAT, de Curitiba-PR. Projeto gráfico: Bistrô de Design Ltda e Patricia Fachin. Atualização diária do sítio: Inácio Neutzling, Rafaela Kley e Stefanie Telles. **IHU On-Line** pode ser acessada às segundas-feiras, no sítio www.ihu.unisinos.br. Sua versão impressa circula às terças-feiras, a partir das 8h, na Unisinos. Apoio: Comunidade dos Jesuítas - Residência Conceição. Instituto Humanitas Unisinos - Diretor: Prof. Dr. Inácio Neutzling. Gerente Administrativo: Jacinto Schneider (jacintos@unisinos.br). Endereço: Av. Unisinos, 950 – São Leopoldo, RS. CEP 93022-000 E-mail: ihuonline@unisinos.br. Fone: 51 3591.1122 – ramal 4128. E-mail do IHU: humanitas@unisinos.br - ramal 4121.

LEI DE INCENTIVO À CULTURA

Ministério da Cultura

BRASIL UM PAÍS DE TODOS GOVERNO FEDERAL

Leia nesta edição

PÁGINA 02 | **Editorial**

A. Tema de capa

» Entrevistas

PÁGINA 05 | Erick Felinto: Um futuro complexo, híbrido, incerto e heterogêneo

PÁGINA 08 | Siegfried Zielinski: "Ser offline e existir online"

PÁGINA 12 | Francisco Rüdiger: O passado pode nos ensinar a seu próprio respeito

PÁGINA 15 | Norval Baitello: "Estudar a história dos tempos profundos da imagem significa também buscar raízes da própria escrita"

PÁGINA 17 | Fabrício Lopes da Silveira: Arqueologia da mídia: preocupação com os estudos da técnica

PÁGINA 20 | Gustavo Fischer: Arqueologia e genealogia das mídias, uma articulação necessária

B. Destaques da semana

» Entrevista da Semana

PÁGINA 23 |Bartolomeu Leite da Silva: Hans Jonas e a vida como valor máximo

» Coluna do Cepos

PÁGINA 28 | Paola Madeira Nazário: Tecnologias da Informação e a marginalização social

» Destaques On-Line

PÁGINA 30 | Destaques On-Line

C. IHU em Revista

» Eventos

PÁGINA 35 | Castor Bartolomé Ruiz: A testemunha, um acontecimento

PÁGINA 39 | Marco Antônio Scapini: Abolicionismo, vida e tempo

» IHU Repórter

PÁGINA 42 | Uwe Schulz

UNISINOS

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS

IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

A.

Tema de Capa

Um futuro complexo, híbrido, incerto e heterogêneo

O sucesso do digital e dos temas da cibercultura trouxe como consequência certo esquecimento prejudicial do passado e uma incapacidade de se compreender melhor a gênese histórica dos fenômenos, reflete Erick Felinto de Oliveira

Por Márcia Junges e Thamiris Magalhães

A arqueologia da mídia, segundo Erick Felinto de Oliveira, nasce do encontro do pós-estruturalismo francês com a contribuição alemã de certas formas de abordagem históricas e filosóficas. "Sua importância para os estudos de mídia, hoje, me parece que tem a ver com a necessidade de olharmos mais para o passado, de modo a entender melhor o presente", diz, em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**. Para o pesquisador, o sucesso do digital e dos temas da cibercultura trouxe como consequência certo esquecimento prejudicial do passado e uma incapacidade de se compreender melhor a gênese histórica dos fenômenos. "Aliás, já afirmei algumas vezes que alguns pesquisadores das mídias digitais demonstram uma assustadora ignorância histórica, isolando o presente numa 'cápsula temporal' que nos impede de enxergar quadros culturais, políticos, econômicos ou tecnológicos mais amplos". Erick Felinto de Oliveira é doutor em Literatura Comparada pela UERJ/UCLA e tem pós-doutorado em Comunicação pela Universität der Künste, Berlim. É pesquisador do CNPq e professor adjunto na Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ, instituição em que realiza pesquisas sobre cinema e cibercultura. É autor dos livros *A religião das máquinas: ensaios sobre o imaginário da cibercultura* (Porto Alegre: Sulina, 2005); *Avatar: o futuro do cinema e a ecologia das imagens digitais* (com Ivana Bentes. Porto Alegre: Sulina, 2010); e *A imagem espectral: cinema e fantasmagoria tecnológica* (São Paulo, Ateliê Editorial, 2008). Confira a entrevista.

IHU On-Line – Qual é a definição mais adequada para o conceito arqueologia da mídia?

Erick Felinto de Oliveira – Este ano precisamente, graças aos esforços de meu amigo Jussi Parikka e de Erkki Huhtamo, foi publicada a primeira coletânea de ensaios dedicados a delinear as feições da assim chamada "arqueologia da mídia" (PARIKKA, J.; HUHTAMO, E. *Media archaeology: approaches, applications and implications*. Berkeley: University of California Press, 2011). Como os autores deixam claro na introdução da obra, não existe uma definição "normativa" da proposta da arqueologia da mídia, assim como tampouco existem métodos definidos de pesquisa. Aliás, um dos elementos que me parecem interessantes nesse paradigma de investigação é precisamente sua relativa indefinição (que lhe dá grande flexibilidade e abrangência). Isso não significa que não existam linhas de força ou feições capazes de caracterizá-la minimamente. A arqueologia da mídia é algo bastante novo (ainda que o termo em si já possua alguma história), e apenas agora começa a popularizar-se e conquistar um estatuto mais definido. Ela dialoga com certos aspectos importantes de abordagens características da teoria pós-moderna, como o materialismo cultural, as teorias de gênero, a análise do discurso, os estudos pós-coloniais, noções de temporalidade não linear etc. O que ela faz essencialmente é vasculhar os arquivos textuais, visuais e auditivos das mídias (de todas as mídias, analógicas ou digitais), enfatizando as manifestações discursivas e materiais da cultura. Pode-se dizer que ela tem traços e uma história de desenvolvimento com fortes acentos germânicos – ainda que esteja rapidamente se popularizando também em outros ambientes intelectuais. Isso porque muitos teóricos alemães da mídia, como Friedrich Kittler, Siegfried Zielinski e Wolfgang Ernst demonstram o mesmo interesse pelas abordagens históricas, pela relação com a obra de Foucault, pelo fascínio com as ideias de registro e arquivo, pelo foco na questão das 'materialidades da comunicação'... Esses temas, essenciais à proposta da arqueologia da mídia, têm certo apelo cultural no universo germânico que seria muito difícil explicar em poucas linhas. Um aspecto importante da arqueologia da mídia é sua preo-

cupação em efetuar uma leitura da história "a contrapelo" (para usar um termo de Walter Benjamin). Ou seja, uma história que rejeita as narrativas triunfalistas e dominantes da grande odisseia tecnológica em benefício de um foco em narrativas heterodoxas, direcionada a 'coisas' (objetos, ideias, tecnologias) que não 'deram certo' ou que representaram paradigmas minoritários. Além disso, os arqueólogos da mídia se inspiram na arqueologia dos saberes de Foucault, mas compensando, através dos estudos de mídia, seu baixo interesse pelos suportes materiais (meios e tecnologias) por meio dos quais os discursos dominantes de uma época são veiculados.

IHU On-Line – Qual é o contexto de seu surgimento e qual é sua importância para os estudos da mídia atualmente?

Erick Felinto de Oliveira – Eu já esbocei rapidamente o contexto de origem da arqueologia da mídia; mas eu complementaria isso dizendo que ela nasce do encontro do pós-estruturalismo francês com a contribuição alemã de certas formas de abordagem históricas e filosóficas (e aqui autores como Heidegger[1] e Benjamin são referências fundamentais). Sua importância para os estudos de mídia, hoje, me parece que tem a ver com a necessidade de olharmos mais para o passado, de modo a entender melhor o presente. O sucesso do digital e dos temas da cibercultura trouxe como consequência certo esquecimento prejudicial do passado e uma incapacidade de se compreender melhor a gênese histórica dos fenômenos. Aliás, já afirmei algumas vezes que alguns pesquisadores das mídias digitais demonstram uma assustadora ignorância histórica, isolando o presente numa 'cápsula temporal' que nos impede de enxergar quadros culturais, políticos, econômicos ou tecnológicos mais amplos.

IHU On-Line – Em que aspectos a arqueologia da mídia pode ser um antídoto contra a amnésia histórica que caracteriza parte da pesquisa sobre os meios na atualidade?

Erick Felinto de Oliveira – Acho que a resposta a essa questão foi pelo menos esboçada nas formulações acima. O fato é que muitos autores hoje, mesmo sem usar o termo "arqueologia da mídia", já começam a fazer uso de abordagens históricas e de uma atenção ao passado que os aproxima dessa proposta. É o caso de Lev Manovich, Lisa Gitelman e Oliver Grau, por exemplo. Manovich aborda o cinema digital através de sua aproximação a certas formas estéticas e tipos de experiência características dos momentos de origem da tecnologia no século XIX. Gitelman estuda as formas como os meios característicos de diferentes épocas são experimentados e estudados como sujeitos históricos.

IHU On-Line – Qual é o papel da arqueologia da mídia para compreender a era da memória total e do esquecimento contínuo?

Erick Felinto de Oliveira – A arqueologia da mídia se articula sobre duas questões que estão profundamente ligadas a esses dois polos: o tema dos arquivos (analógicos ou digitais) e da armazenagem e registro (os "sistemas de notação" de Kittler) e o das rápidas e descontínuas mutações culturais e tecnológicas, especialmente a partir da modernidade. Assim, estruturam-se, em certo sentido, em torno dessas duas – paradoxalmente contraditórias – tendências da nossa época. Além disso, como fica mais claro nas obras de Kittler e de Ernst, apresenta-nos um modelo de subjetividade não apenas bastante esvaziado de memória, mas também muito enfraquecido em todos os aspectos. Um conceito de subjetividade, diríamos, essencialmente "anti-humanista", no qual o sujeito não é normalmente o senhor das tecnologias e dos discursos, mas seu *assujeitado*. Como diz Kittler, "os meios determinam nossa situação". No contexto brasileiro, conquistou grande êxito o chavão de "determinismo tecnológico" para se criticar pensadores como McLuhan. Esse chavão seria aplicável, com muito mais justiça, a Kittler (em alguma medida, também a Bruno Latour). Mas, na perspectiva da teoria da mídia alemã ou da arqueologia da mídia, ele na verdade não faz sentido algum, pois a arqueologia da mídia parte do princípio de que os meios e materialidades comunicacionais *estabelecem as condições de produção* dos discursos e saberes sociais. Seguindo a pista de Foucault, Kittler afirma que o "assim chamado homem" (*Der sogennate Mensch*) teve data de nascimento recente e já vivencia desde agora seus últimos estertores. Para muitos, isso parecerá pessimista ou apocalíptico. Prefiro não entrar nessas discussões aqui, pois não vejo muito sentido nelas.

IHU On-Line – Qual é a atualidade da ideia de ressentimento nietzschiano, se pensarmos no excesso de memória e no paradoxo do esquecimento a que estamos submetidos?

Erick Felinto de Oliveira – Ela parte de uma concepção de história absolutamente não evolucionista, não linear, e estuda as rupturas, os choques, as "catástrofes". É uma história de descontinuidades – mais uma vez inspirada em Foucault – que a história dos meios ilustra belamente. Basta pensar como determinadas tecnologias se anunciaram de forma triunfal para depois rapidamente caírem no esquecimento e serem substituídas por outros paradigmas. O livro de Zielisnki, *O tempo profundo da mídia*, oferece interessantes estudos de caso. Ele retorna a certos momentos históricos que para nossas

1 **Martin Heidegger** (1889-1976): filósofo alemão. Sua obra máxima é O ser e o tempo (1927). A problemática heideggeriana é ampliada em Que é Metafísica? (1929), Cartas sobre o humanismo (1947), Introdução à metafísica (1953). Sobre Heidegger, a IHU On-Line publicou na edição 139, de 2-05-2005, o artigo O pensamento jurídico-político de Heidegger e Carl Schmitt. A fascinação por noções fundadoras do nazismo, disponível para download em http://migre.me/uNtf. Sobre Heidegger, confira as edições 185, de 19-06-2006, intitulada O século de Heidegger, disponível para download em http://migre.me/uNtv, e 187, de 3-07-2006, intitulada Ser e tempo. A desconstrução da metafísica, que pode ser acessado em http://migre.me/uNtC. Confira, ainda, o nº 12 do Cadernos IHU Em Formação intitulado Martin Heidegger. A desconstrução da metafísica, que pode ser acessado em http://migre.me/uNtL. Confira, também, a entrevista concedida por Ernildo Stein à edição 328 da revista IHU On-Line, de 10-05-2010, disponível em http://migre.me/FC8R, intitulada O biologismo radical de Nietzsche não pode ser minimizado, na qual discute ideias de sua conferência A crítica de Heidegger ao biologismo de Nietzsche e a questão da biopolítica, parte integrante do Ciclo de Estudos Filosofias da diferença - Pré-evento do XI Simpósio Internacional IHU: O (des)governo biopolítico da vida humana. (Nota da **IHU On-Line**)

historiografias da mídia mais tradicionais são quase inexistentes (como a Grécia antiga e o período barroco). A partir daí, estuda invenções ou ideias que possuíam grande potencial, mas nunca chegaram a fazer parte do *mainstream*. São esses momentos de irrupção de forças heteronômicas, inclusive, que permitirão a Zielinski falar depois em uma "variantologia da mídia" – uma disciplina que estudaria as variações, as rupturas, as possibilidades não realizadas que a história triunfalista da tecnologia insistentemente recusou.

IHU On-Line – Quais são os maiores desafios que as novas tecnologias digitais irão trazer para a mídia nos próximos anos?

Erick Felinto de Oliveira – Esse é o tipo de pergunta que pode facilmente descambar para uma retórica futurologista típica, por exemplo, dos discursos marqueteiros sobre as novas tecnologias. Não quero fazer exercícios de futurologia, ainda que a arqueologia da mídia (e alguns de seus grandes precursores, como McLuhan ou Flusser) tenha ocasionalmente se envolvido com isso – e muitas vezes com bastante êxito. O fato é que uma resposta séria para esse tipo de pergunta só cabe no espaço de livros ou ensaios. No contexto de uma entrevista como essa, acho que seria irresponsável oferecer qualquer resposta exaustiva. Aqui, eu só arrisco dizer que as mídias digitais potencializaram enormemente algumas características que já apareciam em germe em paradigmas tecnológicos anteriores. Para a academia, para as ciências da comunicação, acho que um dos desafios será aprender que o futuro, definitivamente, não é um cenário de disciplinas recortadas e conceitos lindamente definidos. O futuro será cada vez mais complexo, híbrido, incerto e heterogêneo.

IHU On-Line – Mais do que uma plataforma tecnológica, a internet representa uma nova possibilidade de "ser", de existência. Pensando nessa ambiência, como percebe a passagem cultural da existência humana física para o âmbito da existência na internet, virtual?

> **"O sucesso do digital e dos temas da cibercultura trouxe como consequência certo esquecimento prejudicial do passado e uma incapacidade de se compreender melhor a gênese histórica dos fenômenos"**

Erick Felinto de Oliveira – Não sei se a internet representa uma "nova possibilidade de ser". Esse tipo de formulação me soa metafísico (ou místico) demais. A arqueologia da mídia fala em rupturas e descontinuidades. Mas isso para mostrar que essa descontinuidade não é um privilégio do momento presente ou uma grande conquista do digital. O que combato, inclusive ao usar as ferramentas da arqueologia da mídia, é precisamente a ideia de que o digital represente uma revolução, uma novidade radical, uma desvinculação com toda a história passada que a precedeu. Não sou grande fã de Pierre Lévy[2] (um autor que aqui no Brasil conquistou bastante popularidade), pois acho a ingenuidade de suas especulações perigosa. Não tenho nada contra as utopias; eu as considero importantes e é saudável ocasionalmente imaginar futuros luminosos. Mas um imaginário sem rédeas é também uma abertura para a apatia e a ausência de crítica. Como disse Hans Blumenberg[3], "na ausência da história repousa toda oportunidade de remitologização". Por isso acho meio ridícula a posição de pesquisadores que se recusam a ler autores críticos (a Escola de Frankfurt, por exemplo) para darem uma de "moderninhos" ou liberais. Quanto menos eu gosto do Lévy, mais eu o leio, inclusive para enxergar o que me parecem ser alguns equívocos do discurso triunfalista. Quanto mais me perturbam os elitismos de um Adorno[4], mais eu busco compreender de onde eles vêm. A internet acarretou certamente um importante conjunto de transformações sociais e culturais. Mas, ao mesmo tempo, também favoreceu formas e experiências de extremo conservadorismo. Por enquanto não a enxergo como "nova possibilidade de ser", mas simplesmente como um *locus* – que é de ordem tanto material como imaterial – dotado de múltiplos "espaços" de ocupação à nossa disposição. Se é verdade que em certas ocasiões a minha experiência de navegar me faz experimentar impressões de descorporificação, por outro lado, devo estar sempre atento às circunstâncias materiais, políticas, econômicas e culturais de meu *acesso à rede*. *O que eu sou* é determinado por um conjunto de forças materiais (tecnologias) e imateriais (discursos) que me atravessam. A internet é apenas uma delas.

Leia Mais...

>> Veja o que mais a **IHU On-Line** já publicou de Erick Felinto:

* A era da memória total e do esquecimento contínuo. Entrevista publicada na **IHU On-Line** número 368, de 04-07-2011, disponível em http://bit.ly/mGxCcU
* Inovação, não saudosismo: o desafio dos estudos sobre comunicação e mídia. Artigo publicado nas **Notícias do Dia** do sítio do IHU em 16-06-2011, disponível http://bit.ly/ltk1Ed

2 **Pierre Lévy**: filósofo da informação que estuda as interações entre a Internet e a sociedade. Mestre em História da Ciência e doutor em Sociologia e Ciência da Informação e Comunicação, pela Universidade de Sorbonne, França, Lévy é titular da cadeira de pesquisa em inteligencia coletiva na Universidade de Ottawa, Canadá. Entre outras obras, escreveu A ideografia dinâmica:rumo a uma imaginação artificial?. São Paulo: Loyola, 1998. e O que é o virtual? São Paulo: Editora 34, 1996. (Nota da **IHU On-Line**)

3 **Hans Blumenberg** (1920-1996): filósofo alemão autor de, entre outros, Die Legitimität der Neuzeit (2ª.ed. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1988), traduzido para o francês como La legitimité des Temps Modernes (Paris: Gallimard, 1999). (Nota da **IHU On-Line**)

4 **Theodor Wiesengrund Adorno** (1903-1969): sociólogo, filósofo, musicólogo e compositor, definiu o perfil do pensamento alemão das últimas décadas. Adorno ficou conhecido no mundo intelectual, em todos os países, em especial pelo seu clássico Dialética do Iluminismo, escrito junto com Max Horkheimer, primeiro diretor do Instituto de Pesquisa Social, que deu origem ao movimento de idéias em filosofia e sociologia que conhecemos hoje como Escola de Frankfurt. (Nota da **IHU On-Line**)

"Ser offline e existir online"

Não devemos nos interessar pela história como coleção de fatos dados. "Se eu desejo ter um futuro cheio de possibilidades em aberto, também tenho de respeitar o passado como uma ampla gama de possibilidades", frisa Siegfried Zielinski

Por Márcia Junges e Thamiris Magalhães - Tradução Luís Marcos Sander

"Não aceitamos a ideia de que a mídia tenha sido inventada no século XIX com o advento da fotografia, telefonia e cinematografia, ou seja, que a mídia seja resultado da industrialização". É assim que o professor Siegfried Zielinski define a arqueologia da mídia, em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**. Para o autor de A arqueologia da mídia, os meios de comunicação têm uma história muito mais longa, que remonta às chamadas altas culturas dos períodos bizantino, chinês, indiano, sul-americano ou helenístico. "Para investigar isso, adaptei o termo 'tempo profundo' da paleontologia. Além disso, se usamos a variedade/diversidade como o critério decisivo para o que chamamos de progresso na civilização humana, períodos anteriores poderiam ter sido mais progressistas do que nossas culturas atuais. Estas últimas são altamente estandardizadas, seguem padrões e gramáticas, protocolos e regras cujo efeito é mundial", diz. O pesquisador frisa ainda que "não faria esses esforços (an) arqueológicos se não estivesse convencido de que podemos salvar ao menos partes das variedades e diversidades do passado para os tempos futuros". A pesquisa (an) arqueológica, para ele, é, de fato, uma espécie de máquina do tempo. "Se a fazemos com engajamento e em alto nível, ela pode nos ajudar a gerar o futuro. Mas essa intenção exige um respeito específico pelo passado".

Siegfried Zielinski é um teórico da mídia alemão. Aborda principalmente os temas de Teoria da Mídia, Arqueologia e Variantologia da Mídia na Universidade de Berlim. É autor de *A arqueologia da mídia: em busca do tempo remoto das técnicas de ver e do ouvir* (São Paulo: Annablume, 2006). Confira a entrevista.

IHU On-Line – Qual é o grande projeto que norteia a arqueologia da mídia?
Siegfried Zielinski – "Projeto" é um bom termo. Vilém Flusser[1], cujo espólio está guardado na Universidade das Artes de Berlim, também gostava muito dele. Para ele, "projeto" era o conceito contrário ao do sujeito clássico da modernidade. Projetar o mundo significa criá-lo novo ou ao menos diferente, "projetá-lo" na acepção direta [arquitetônica] do termo. A arqueologia da mídia, de acordo com minha compreensão, significa ao menos duas coisas: não aceitamos a ideia de que a mídia tenha sido inventada no século IXX com o advento da fotografia, telefonia e cinematografia, ou seja, que a mídia seja resultado da industrialização. Os meios de comunicação têm uma história muito mais longa, que remonta às chamadas altas culturas dos períodos bizantino, chinês, indiano, sul-americano ou helenístico. Para investigar isso, adaptei o termo "tempo profundo" da paleontologia. Além disso, se usamos a variedade/diversidade como o critério decisivo para o que chamamos de progresso na civilização humana, períodos anteriores poderiam ter sido mais progressistas do que nossas culturas atuais. Estas últimas são altamente estandardizadas, seguem padrões e gramáticas, protocolos e regras cujo efeito é mundial.

1 **Vilém Flusser** (1920-1992): filósofo tcheco, naturalizado brasileiro. Autodidata, durante a Segunda Guerra, fugindo do nazismo, mudou-se para o Brasil, estabelecendo-se em São Paulo, onde atuou por cerca de 20 anos como professor de filosofia, jornalista, conferencista e escritor. (Nota da **IHU On-Line**)

IHU On-Line – Qual é a influência de Flusser e Foucault na construção desse conceito?
Siegfried Zielinski – Quando Flusser argumentava historicamente, ele não se referia a uma arqueologia do conhecimento ou da cultura em sentido mais amplo; ele argumentava principalmente em termos antropológicos. Seu modelo para o desenvolvimento da civilização humana era bastante linear: inicia com a experiência do mundo quadridimensional em que vivemos (ele gostava de usar o termo *Lebenswelt* [mundo da vida], cunhado por Husserl para essa finalidade), passa ao mundo tridimensional da escultura e arquitetura, às duas dimensões da imagem, ao texto unidimensional para a crítica e historiografia e chega à dimensão zero da abstração completa (número, algoritmo). Às vezes eu faço referência a esse modelo, especialmente se quero enfatizar que essa última dimensão (zero) não é a dimensão final. Flusser o conceitualizou como uma passagem possível ao futuro, como um *projeto* para construir ou interpretar o mundo

de um modo diferente, uma passagem da abstração para a concretização. Em termos teóricos e metodológicos, Foucault[2] é mais importante para uma arqueologia da mídia, especialmente para minha própria abordagem. O conceito desse filósofo francês da história está estreitamente ligado à ideia de genealogia de Friedrich Nietzsche[3]. Giorgio Agamben[4] – lecionamos juntos na Escola Europeia de Pós-Graduação em Saas Fee, na Suíça – também faz referência a isso em suas interpretações herméticas de elementos filosóficos e culturais. Como genealogistas, nós não perguntamos e buscamos a *origem* de um fenômeno, porque isto implica o conhecimento de uma dada verdade. A genealogia não volta ao passado para erigir uma grande continuidade para além do desvio do esquecimento, como disse Foucault. Nós perguntamos a respeito de derivações, desdobramentos (*Herkünfte*, *Entwicklungen*), movimentos labirínticos, ruas sem saída, interrupções de processos. Nossa imaginação da história não tem nada em comum com uma progressão linear, em que nós seríamos os mais avançados representantes. Os genealogistas não sabem exatamente de onde nós e as coisas estamos vindo e para onde nós e as coisas estamos indo. Sem origem, sem alvo – algo difícil de conceber, mas que dá à pessoa uma liberdade enorme para mover-se intelectualmente. E não exclui necessariamente o pressuposto de algo muito maior do que nós.

IHU On-Line – Essa arqueologia poderia ser considerada uma "anarqueologia da mídia"? Por quê?

Siegfried Zielinski – Eu inventei o neologismo "anarqueologia" como uma possível alternativa às narrativas estabelecidas na historiografia e como alternativa crítica ao pensamento de Foucault. O conceito de anarqueologia modifica Foucault num aspecto muito essencial: a linearidade de suas construções ou interpretações da história. Propor um aumento constante do poder (ou um declínio da humanidade até seu nível mais profundo, o fascismo alemão) é basicamente uma interpretação linear. A sutileza crescente das estruturas de poder até chegar ao nível micro da biopolítica ou governamentalidade é uma construção linear. Etimologicamente, *archos* implica não apenas a busca da origem, mas também liderança. No vocábulo grego *archein* está presente o termo governar/dirigir. Talvez eu saia da armadilha simplesmente construindo o *nomen agentis*. Com o conceito paradoxo de anarqueologia, podem-se construir

2 **Michel Foucault** (1926-1984): filósofo francês. Suas obras, desde a *História da Loucura* até a *História da sexualidade* (a qual não pôde completar devido a sua morte) situam-se dentro de uma filosofia do conhecimento. Suas teorias sobre o saber, o poder e o sujeito romperam com as concepções modernas destes termos, motivo pelo qual é considerado por certos autores, contrariando a sua própria opinião de si mesmo, um pós-moderno. Seus primeiros trabalhos (*História da Loucura*, *O Nascimento da Clínica*, *As Palavras e as Coisas*, *A Arqueologia do Saber*) seguem uma linha estruturalista, o que não impede que seja considerado geralmente como um pós-estruturalista devido a obras posteriores como *Vigiar e Punir* e *A História da Sexualidade*. Foucault trata principalmente do tema do poder, rompendo com as concepções clássicas deste termo. Para ele, o poder não pode ser localizado em uma instituição ou no Estado, o que tornaria impossível a "tomada de poder" proposta pelos marxistas. O poder não é considerado como algo que o indivíduo cede a um soberano (concepção contratual jurídico-política), mas sim como uma relação de forças. Ao ser relação, o poder está em todas as partes, uma pessoa está atravessada por relações de poder, não pode ser considerada independente delas. Para Foucault, o poder não somente reprime, mas também produz efeitos de verdade e saber, constituindo verdades, práticas e subjetividades. Em três edições a **IHU On-Line** dedicou matéria de capa a Foucault: edição 119, de 18-10-2004, disponível para download em http://migre.me/vMiS, edição 203, de 06-11-2006, disponível em http://migre.me/vMj7, e edição 364, de 06-06-2011, disponível em http://bit.ly/k3Fcp3. Além disso, o IHU organizou, durante o ano de 2004, o evento **Ciclo de Estudos sobre Michel Foucault**, que também foi tema da edição número 13 dos **Cadernos IHU em Formação**, disponível para download em **http://migre.me/vMjd** sob o título *Michel Foucault. Sua contribuição para a educação, a política e a ética*. Confira, também, a entrevista com o filósofo José Ternes, concedida à **IHU On-Line** 325, sob o título *Foucault, a sociedade panóptica e o sujeito histórico*, disponível em **http://migre.me/zASO**. De 13 a 16 de setembro de 2010 aconteceu o XI Simpósio Internacional IHU: O (des)governo biopolítico da vida humana. Para maiores informações, acesse http://migre.me/JyaH. Confira a edição 343 da IHU On-Line, intitulada O (des)governo biopolítico da vida humana, publicada em 13-09-2010, disponível em http://bit.ly/bi5U9l, e a edição 344, intitulada Biopolitica, estado de excecao e vida nua. Um debate, disponível em http://bit.ly/9SQCgl. (Nota da **IHU On-Line**)

3 **Friedrich Nietzsche** (1844-1900): filósofo alemão, conhecido por seus conceitos além-do-homem, transvaloração dos valores, niilismo, vontade de poder e eterno retorno. Entre suas obras figuram como as mais importantes *Assim falou Zaratustra* (9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998), *O anticristo* (Lisboa: Guimarães, 1916) e *A genealogia da moral* (5. ed. São Paulo: Centauro, 2004). Escreveu até 1888, quando foi acometido por um colapso nervoso que nunca o abandonou, até o dia de sua morte. A Nietzsche foi dedicado o tema de capa da edição número 127 da IHU On-Line, de 13-12-2004, intitulado Nietzsche: filósofo do martelo e do crepúsculo, disponível para download em http://migre.me/s7BB. Sobre o filósofo alemão, conferir ainda a entrevista exclusiva realizada pela IHU On-Line edição 175, de 10-04-2006, com o jesuíta cubano Emilio Brito, docente na Universidade de Louvain-La-Neuve, intitulada "Nietzsche e Paulo", disponível para download em http://migre.me/s7BH. A edição 15 dos **Cadernos IHU em formação** é intitulada *O pensamento de Friedrich Nietzsche*, e pode ser acessada em **http://migre.me/s7BU**. Confira, também, a entrevista concedida por Ernildo Stein à edição 328 da revista **IHU On-Line**, de 10-05-2010, disponível em http://migre.me/FC8R, intitulada *O biologismo radical de Nietzsche não pode ser minimizado*, na qual discute ideias de sua conferência A crítica de Heidegger ao biologismo de Nietzsche e a questão da biopolítica, parte integrante do **Ciclo de Estudos Filosofias da diferença - Pré-evento do XI Simpósio Internacional IHU: O (des)governo biopolítico da vida humana.** Na edição 330 da Revista IHU On-Line, de 24-05-2010, leia a entrevista Nietzsche, o pensamento trágico e a afirmação da totalidade da existência, concedida pelo Prof. Dr. Oswaldo Giacoia e disponível para download em http://migre.me/Jzvg. (Nota da **IHU On-Line**)

4 **Giorgio Agamben** (1942): filósofo italiano. É professor da Facolta di Design e arti della IUAV (Veneza), onde ensina Estética, e do College International de Philosophie de Paris. Sua produção centra-se nas relações entre filosofia, literatura, poesia e fundamentalmente, política. Entre suas principais obras, estão *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002); *A linguagem e a morte* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005); *Infância e história: destruição da experiência e origem da história* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006); *Estado de exceção* (São Paulo: Boitempo Editorial, 2007); *Estâncias - A palavra e o fantasma na cultura ocidental* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007); e *Profanações* (São Paulo: Boitempo Editorial, 2007). Em 04-09-2007 o site do Instituto Humanitas Unisinos – IHU publicou a entrevista *Estado de exceção e biopolítica segundo Giorgio Agamben*, com o filósofo Jasson da Silva Martins, disponível para download em http://migre.me/uNk1. A edição 236 da **IHU On-Line**, de 17-09-2007, publicou a entrevista "Agamben e Heidegger: o âmbito originário de uma nova experiência, ética, política e direito", com o filósofo Fabrício Carlos Zanin. Para conferir o material, acesse http://migre.me/uNkY. Confira, também, a entrevista Compreender a atualidade através de Agamben, realizada com o filósofo Rossano Pecoraro, disponível para download em http://migre.me/uNme. A edição 81 da Revista **IHU On-Line**, de 27-10-2003, tem como tema de capa *O Estado de exceção e a vida nua: A lei política moderna*, disponível em http://migre.me/uNo5. (Nota da **IHU On-Line**)

genealogias não lineares, dinâmicas, às vezes nervosas. Essa pesquisa que atravessa as camadas do passado é um experimento e uma aventura permanentes.

IHU On-Line – Por que a arqueologia da mídia é uma filosofia de vida? E, como filosofia de vida, que valores prega?

Siegfried Zielinski – Não tenho certeza de qual é sua referência quando você diz "filosofia de vida". Talvez você se refira a uma atitude específica para com a vida, a uma ética de pensamento e trabalho científico. Neste caso, respondo com um claro "sim". A abordagem (an) arqueológica, o conceito paleontológico, deveria nos ajudar a relativizar nossa posição na história; deveria nos ajudar a não ficar arrogantes em relação ao passado – ou, especialmente na Europa, em relação às culturas do tempo profundo de outros continentes e regiões. O Norte foi desenvolvido pelo Sul e através do poder do Sul, e não inversamente. A Alemanha, Itália, Inglaterra, França, Espanha, Holanda e mais tarde os EUA se tornaram os países em desenvolvimento das culturas do tempo profundo do Egito, da Índia, da Mesoamérica e da Mesopotâmia, das avançadas civilizações bizantina, helenística e mais tarde romana, judaica e islâmica. Está na hora de fundar – ao menos em nível imaginário – um "Instituto das Modernidades do Sul". Deveríamos tentar inverter a situação mais uma vez. No ano passado, um grupo pequeno e aberto de jovens pesquisadores da Colômbia, reunido em torno de Andrés Burbano, fundou um grupo de pesquisa chamado "Variantologia Latina". Eu não faria esses esforços (an) arqueológicos se não estivesse convencido de que podemos salvar ao menos partes das variedades e diversidades do passado para os tempos futuros. A pesquisa (an) arqueológica é, de fato, uma espécie de máquina do tempo. Se a fazemos com engajamento e em alto nível, ela pode nos ajudar a gerar o futuro. Mas essa intenção exige um respeito específico pelo passado. Não estamos interessados na história como coleção de fatos dados. Se eu desejo ter um futuro cheio de possibilidades em aberto,

> **"Não aceitamos a ideia de que a mídia tenha sido inventada no século XIX com o advento da fotografia, telefonia e cinematografia, ou seja, que a mídia seja resultado da industrialização"**

também tenho de respeitar o passado como uma ampla gama de possibilidades. Primordialmente, não estou interessado no passado como algo que foi definitivamente, mas como algo que poderia ter sido diferente.

IHU On-Line – Em que aspectos a arqueologia da mídia pode ser um antídoto contra a amnésia histórica que caracteriza parte da pesquisa sobre os meios na atualidade?

Siegfried Zielinski – No amplo campo da mídia, consigo observar um interesse bastante forte pela pesquisa histórica. Arqueologias do computador, de artefatos algorítmicos, da mídia digital, das novas artes midiáticas e outras são geradas em muitos lugares do mundo. A questão é mais *como* essa pesquisa é feita em termos metodológicos, teóricos. A maior parte dela não tem qualquer marco teórico. A maioria simplesmente serve a ideias de progresso histórico na tradição da modernidade europeia; a maior parte está em busca de predecessores (*Vorgänger*) do agora muito avançado, é demasiado nacionalista ou regional ou muito limitada em relação ao período de tempo que é investigado. Com nossos esforços (an) arqueológicos estamos tentando cumprir ao menos três critérios: deveríamos pensar em termos *mundiais*, e não eurocêntricos; pensar em termos *cósmicos*, e não antropocêntricos e construir ou interpretar nossas histórias de modo dinâmico ou *multilinear*, e não monolinear. Aliás, foi um intelectual nascido no México, Manoel de Landa, que nos ensinou algumas boas lições para compreender essas histórias.

IHU On-Line – Como podemos compreender que, se há algo de novo no século XX, certamente é a redescoberta da subjetividade mediada pelas tecnologias da comunicação? Como se caracteriza essa subjetividade mediada pelas tecnologias da comunicação?

Siegfried Zielinski – Não tenho certeza de que entendo sua pergunta corretamente. Sou extremamente cuidadoso com termos/noções como subjetividade. Por um lado, eles são muito fortes filosoficamente e, por outro, foram completamente esvaziados. O mesmo se aplica ao termo comunidade, *communitas* ou *societas*. No mesmo ano em que Derrida[5] publicou sua *Gramatologia* (São Paulo: Perspectiva, 1973) e Foucault se tornou uma atração intelectual em Paris por sua obra *A ordem das coisas*, Guy Debord[6] observou o seguinte em seu texto *Sociedade do espetáculo*: a telecomunicação conecta, mas só pode conectar o que já está separado. A tecnologia da comunicação aprendeu a compensar cada vez melhor as rupturas, os divórcios e choques do real e dentro do real. Temos de ser muito cuidadosos em relação a

5 **Jacques Derrida** (1930-2004): filósofo francês, criador do método chamado desconstrução. Seu trabalho é associado, com freqüência, ao pós-estruturalismo e ao pós-modernismo. Entre as principais influências de Derrida encontram-se Sigmund Freud e Martin Heidegger. Entre sua extensa produção, figuram os livros *Gramatologia* (São Paulo: Perspectiva, 1973), *A farmácia de Platão* (São Paulo: Iluminuras, 1994), *O animal que logo sou* (São Paulo: UNESP, 2002), *Papel-máquina* (São Paulo: Estação Liberdade, 2004) e *Força de lei* (São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007). Dedicamos a Derrida a editoria Memória da **IHU On-Line** edição 119, de 18-10-2004, disponível para download em http://migre.me/s8bA. Em 09-06-2011, MS Verónica Pilar Gomezjurado Zevallos, da Universidade de Caxias do Sul – UCS esteve no **IHU Ideias** falando sobre *Derrida e a Educação: o acontecimento do impossível*. Maiores informações em **http://bit.ly/k0ffe9**. Confira, nesta edição, a entrevista concedida por Zevallos, adiantando aspectos que irá abordar no evento. (Nota da **IHU On-Line**)

6 **Guy Debord** (1931-1994): filósofo e sociólogo francês, autor de *A sociedade do espetáculo - Comentários sobre a sociedade do espetáculo* (Rio de Janeiro, Contraponto, 1997) e fundador da *Internacional Situacionista (IS)*. Sobre ele, confira ainda a autobiografia *Panégyrique* (Éditions Gérard Lebovici, Paris, 1989). (Nota da **IHU On-Line**)

esse desenvolvimento. Na Alemanha, acabo de concluir um breve livro intitulado *Após a mídia*. Ele termina com um manifesto, um apelo em favor de uma esquizofrenia normal: "ser *offline* e existir *online*". O passado nos ensina que não deveríamos nos basear completamente em realidades mediadas. Deus pode *ser*, mas não pode simplesmente existir. O ser humano existe, mas sempre deveria tentar ser. Este é um grande desafio. Deveríamos evitar uma *psychopathia medialis*.

IHU On-Line – Em que medida o trabalho missionário dos jesuítas se configurou no prenúncio de uma comunicação de redes?

Siegfried Zielinski – Em minha opinião, ele foi uma forma de comunicação de redes, mas com uma forte noção de discursividade. O diálogo com outras culturas do mundo organizado pelos jesuítas no início da modernidade europeia estava estruturado em torno de um centro de conhecimento. "Conhecimento é poder", afirmou Francis Bacon[7] no início do século XVII. Esse centro estava localizado em Roma, no Vaticano. Athanasius Kircher foi um de seus mais iridescentes representantes no Colégio Romano. Assim, pode-se dizer que a forma de comunicação jesuíta no início da era moderna era um paradoxo: dentro de uma estrutura dialógica, ela seguia intenções discursivas. A distinção entre mídia dialógica e discursiva é uma das ideias altamente originais desenvolvidas por Vilém Flusser.

IHU On-Line – Nesse sentido, qual é o seu ponto de vista sobre o conceito de noosfera, de Teilhard de Chardin?

Siegfried Zielinski – Tenho grande respeito por pensadores heréticos. Teilhard de Chardin[8] é um deles. Mas sou muito cético em relação a seus fortes conceitos de unificação. A "noosfera" como âmbito planetário homogêneo de pensamento científico é uma dessas estratégias de unificação. E, naturalmente, ela foi adaptada fortemente pelas pessoas que sonham com uma "inteligência conectada" ou "coletiva" gerada através da internet e de seu enorme poder homogeneizante. A realidade de protocolos e estruturas dominantes de conhecimento gerados através da comunicação pela internet está em oposição à esfera harmoniosa do ciberespaço. Salvem as melhores ideias de Teilhard de Chardin sem compartilhar de seu romantismo!

IHU On-Line – Quais são seus trabalhos mais recentes?

Siegfried Zielinski – Nos últimos sete anos, expandimos nossa pesquisa (an) arqueológica de uma forma específica. Chamo isso de variantologia. Em dimensões de tempo profundo, estamos buscando as inter-relações entre as artes, ciências e tecnologias em diferentes culturas e partes do mundo. Esse projeto também nos ajuda a pensar o conceito de mídia de uma maneira mais generosa e não estratégica. Em julho deste ano foi publicado *Variantology V*, o quinto volume de nossa série de livros. Incluindo os outros quatro volumes, já publicamos 2.500 páginas de pesquisa variantológica. E, é claro, esperamos ter contribuído para o projeto mais amplo de uma prática e teoria antes e depois da mídia.

7 **Francis Bacon** (1561-1626): político, filósofo e ensaísta inglês. Sua principal obra filosófica é o *Novum Organum*. (Nota da **IHU On-line**)

8 **Pierre Teilhard de Chardin** (1881-1955): paleontólogo, teólogo, filósofo e jesuíta, que rompeu fronteiras entre a ciência e a fé com sua teoria evolucionista. O cinquentenário de sua morte foi lembrado no Simpósio Internacional Terra Habitável: um desafio para a humanidade, promovido pelo Instituto Humanitas Unisinos de 16 a 19-05-2005. Sobre Chardin, confira o artigo de Carlos Heitor Cony, publicado nas **Notícias Diárias** do site do IHU, www.unisinos.br/ihu, de 16-06-2006, *Teilhard: o fenômeno humano. O jesuíta foi precursor do que foi chamado de evolucionismo cristão*. A edição 140 da **IHU On-Line**, de 09-05-2005, dedicou-lhe o tema de capa sob o título *Teilhard de Chardin: cientista e místico*, disponível em http://migre.me/11DQX. A edição 304 da **IHU On-Line**, de 17-08-2009, intitula-se *O futuro que advém. A evolução e a fé cristã segundo Teilhard de Chardin*. Confira, ainda, as entrevistas *Chardin revela a cumplicidade entre o espírito e a matéria*, http://migre.me/11DRm, publicada na edição 135, de 05-05-2005 e *Teilhard de Chardin, Saint-Exupéry*, publicada na edição 142, de 23-05-2005, em http://migre.me/11DRu, ambas com Waldecy Tenório. Na edição 143, de 30-05-2005, George Coyne concedeu a entrevista *Teilhard e a teoria da evolução*, disponível para download em http://migre.me/11DRM. (Nota da **IHU On-Line**)

O passado pode nos ensinar a seu próprio respeito

Embora a atitude crítica não seja cultivada pelos seus praticantes, os estudos de arqueologia da mídia, pela sua própria metodologia, estabelecem confrontação de seus resultados com o culto do novo que tanto marca a cultura da mídia e o avanço das tecnologias, constata Francisco Rüdiger

Por Thamiris Magalhães

A arqueologia da mídia pode ser entendida como um "método de estudo da história, em que as técnicas de comunicação são iluminadas pela cultura e o imaginário social de cada época, em que se pesquisam as conexões, mas também as rupturas, as continuidades e esquecimentos do processo em que os fenômenos de comunicação, seus meios sobretudo, se vão formando e entrelaçando com outros processos e estruturas coletivas". É o que afirma o docente Francisco Ricardo de Macedo Rüdiger, em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**. Para Rüdiger, os estudos de mídia costumam ser ofuscados pelo fetiche da novidade. "O novo tem um valor intrínseco nesse meio profissional e intelectual. O resultado é uma cegueira para o fato de que um processo histórico precede e ajuda a entender o seu aparecimento, tanto quanto a dinâmica de seus fenômenos". Para ele os estudos arqueológicos evitam o historicismo puro e simples, que nega a criação inovadora, mas também o culto do modismo de última hora, que desconhece o lastro do presente dentro do passado.

Francisco Rüdiger é doutor em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (1995) e mestre em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1987). Professor Titular da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Seus estudos concentram-se no campo da crítica à indústria cultural e dos estudos sobre pensamento tecnológico e cibercultura. É autor, dentre outros, de *As Teorias da cibercultura: perspectivas, questões e autores* (Porto Alegre: Sulina, 2003, 2007, 2011) *Cibercultura e pós-humanismo* (Porto Alegre: Edipucrs, 2008) e *As teorias da comunicação* (Porto Alegre/São Paulo: Artmed/Penso, 1995, 2010). Confira a entrevista.

IHU On-Line – Como podemos definir a arqueologia da mídia?

Francisco Ricardo de Macedo Rüdiger – Inspirando-se na metáfora da arqueologia do saber proposta no final dos anos 1960 por Foucault, alguns estudiosos contemporâneos têm se valido da expressão para dar conta, hoje, dos estudos que buscam as formas e inventos culturais originários, ou melhor, que subjazem ao que se entende por meios de comunicação desde o final da II Guerra Mundial. Siegfried Zielinski, Tom Standage[1], Erkki Huhtamo[2] e Jussi Parikka, esses dois últimos finlandeses, são alguns dos pesquisadores considerados referenciais em relação ao desenvolvimento desta linha de investigação. Também inspira esses autores o estudo inacabado de Walter Benjamin[3] sobre a Paris do século XIX, o qual ele pensou que pudesse valer como um estudo de pré-história da cultura e modo de vida instalados plenamente no século XX. Lá e cá, existe a preocupação em entender as relações entre técnica e cultura sem reducionismo e desde um ponto de vista genético, ainda que descontínuo.

IHU On-Line – De que maneira estudar o conceito pode contribuir para o melhor entendimento das "mídias mortas" e das atuais?

Francisco Ricardo de Macedo Rüdiger – Os estudos de mídia costumam ser ofuscados pelo fetiche da novidade. O novo tem um valor intrínseco nesse meio profissional e intelectual. O resultado é uma cegueira para o fato de que um processo histórico precede e ajuda a entender o seu aparecimento, tanto quanto a dinâmica de seus fenômenos. Os estudos arqueológicos evitam o historicismo puro e simples, que nega a criação inovadora, mas também o culto do modismo de última hora, que desconhece o lastro do presente dentro do passado. A contribuição que nos fornecem está, em resumo, na lembrança do fato de que as formas técnicas e culturais, incluindo aí as da mídia, não costumam falecer,

1 **Tom Standage:** jornalista e autor ingles. (Nota da **IHU On-Line**)

2 **Erkki Huhtamo:** arqueologista da mídia e escritor finlandês. Leciona História da Mídia e Teoria da Mídia na Universidade da Califórnia, em Los Angeles (UCLA) (Nota da **IHU On-Line**)

3 **Walter Benjamin** (1892-1940): filósofo alemão crítico das técnicas de reprodução em massa da obra de arte. Foi refugiado judeu alemão e diante da perspectiva de ser capturado pelos nazistas, preferiu o suicídio. Um dos principais pensadores da Escola de Frankfurt. (Nota da **IHU On-Line**)

mas, uma vez criadas, são antes re-elaboradas em novas circunstâncias, ainda que por vezes possam sofrer uma longa hibernação. O helicóptero foi desenhado por Leonardo da Vinci[4], para se tornar realidade no século XX. Serviços que hoje nos presta a internet são derivados de experimentos noticiosos com a telefonia no começo do século XX.

IHU On-Line – Podemos compreender a mídia como histórica, a partir do conceito de arqueologia da mídia?
Francisco Ricardo de Macedo Rüdiger – Sim, mas considerando que a perspectiva desta última abordagem não é necessariamente continuista. A pesquisa deve estabelecer os casos e os planos em que há continuidade no fenômeno de mídia em consideração, tanto os casos e planos em que se verificam rupturas ou, mesmo, perdas, abandonos, esquecimentos de um elemento histórico.

IHU On-Line – Com os estudos da arqueologia da mídia seria possível "desenterrar caminhos secretos na história", como disse Zielinski? E isso poderia nos ajudar a encontrar nosso caminho para o futuro? Por quê?
Francisco Ricardo de Macedo Rüdiger – A conexão entre passado e presente, sempre que colocada em perspectiva, em vez de retrospectiva, é, em geral, um expediente assegurador de nossa boa consciência ou um esforço legitimador de nossos projetos – o que é problemático desde uma reflexão criticamente estruturada. O passado pode nos ensinar a seu próprio respeito e muito sobre as situações de onde viemos, mas não creio que possa nos dizer para onde vamos ou o que devemos fazer atualmente e/ou doravante.

> "O processo histórico, embora se ancore em estruturas legadas pelo passado e que ele mesmo reproduz, é histórico, sobretudo porque é, também, criação"

A contribuição que ele pode nos dar, nessa direção, é no sentido de aumentar nossa massa crítica e capacidade de reflexão sobre o que está ocorrendo e, eventualmente, sobre as bases dos planos de ação que pretendemos pôr em prática. Os "caminhos secretos da história" não são da história mesma, do processo histórico, mas do saber que, vasculhando seus materiais, seu legado, descobre planos, fatos e processos que podem nos ampliar não apenas o conhecimento do passado, mas o saber com que podemos intervir no contemporâneo. O processo histórico, embora se ancore em estruturas legadas pelo passado e que ele mesmo reproduz, é histórico, sobretudo porque é, também, criação.

IHU On-Line – A arqueologia da mídia é um conceito que pode ser tensionado com a pós-modernidade, especialmente por esta trazer a ideia de amnésia histórica?
Francisco Ricardo de Macedo Rüdiger – Levando em conta que o conceito de pós-modernidade é, em seu sentido mais forte e apropriado, um conceito de filosofia da história, fica difícil aceitar que ele, no plano reflexivo, onde se constitui, implique em amnésia histórica. Pelo contrário, vendo bem, constata-se que os pós-modernos e, às vezes, os pós-modernistas (os cultores do pós-moderno) são essencialmente historicistas. Claro que se trata de um historicismo renovado, distinto daquele que se impôs no começo da modernidade, com as filosofias da história de cunho progressista. O novo historicismo dos pós-modernos pode, inclusive, ser entendido como uma redução do saber ao ato de construir e relatar histórias (no plural). Nesse sentido, reflexivo, ele seria bem o oposto da amnésia que, por outro lado, verifica-se em meio ao cotidiano da pós-modernidade. O capitalismo pós-moderno, radicalizando o consumismo e passando a se apoiar em uma economia que faz da informação cada vez mais veloz, múltipla e renovada a fonte do valor, está na raiz da consciência privada de memória coletiva e, cada vez mais, individual, que encontramos em nosso tempo. Sem dúvida, há aí, portanto, mas falando genericamente, um antagonismo ou um tensionamento dialético entre os estudos de arqueologia da mídia e o mundo tal como esta mídia está ajudando a instituir cotidianamente.

IHU On-Line – Muitos acreditam que, com o advento da internet, surge uma revolução. Algo nunca antes vivido pela humanidade, com a participação dos usuários. Como a arqueologia da mídia se posiciona perante esta ideia?
Francisco Ricardo de Macedo Rüdiger – Embora a atitude crítica não seja cultivada pelos seus praticantes, os estudos de arqueologia da mídia, pela sua própria metodologia, estabelecem uma confrontação de seus resultados com o culto do novo que tanto marca a cultura da mídia e o avanço das tecnologias. Vendo retrospectivamente, verifica-se que toda mídia, da escrita à internet, surgiu em meio a opiniões contra e a seu favor, em meio a vozes que a saudavam ora como uma revolução benfazeja, ora como uma invenção perniciosa, mas sempre e em comum como algo singular, inédito. A perspectiva historicista, em geral, e os estudos arqueológicos, em particular, podem constituir um bom antídoto deste tipo de discurso, cuja proveniência pertence muito mais ao sistema ou às condições mais ou menos gerais que presidem ao surgimento de um meio de comunicação do que à reflexão interessada em seu entendimento. À atividade intelectual caberia ter claro quando é autônoma e quando não passa de um vetor interessado do que ocorre fora dela; quando é livre ou

4 **Leonardo da Vinci** (1452–1519): polímata italiano, uma das figuras mais importantes do Renascimento naquele país, que se destacou como cientista, matemático, engenheiro, inventor, anatomista, pintor, escultor, arquiteto, botânico, poeta e músico. É ainda conhecido como o precursor da aviação e da balística. Leonardo frequentemente foi descrito como o arquétipo do homem do Renascimento, alguém cuja curiosidade insaciável era igualada apenas pela sua capacidade de invenção. É considerado um dos maiores pintores de todos os tempos, e como possivelmente a pessoa dotada de talentos mais diversos a ter vivido. (Nota da **IHU On-Line**)

independente, e quando não é senão expressão de um sujeito social roteirizado, isto é, não passa de exercício de vassalagem a algum poder estabelecido. À criatividade que esta atividade sempre contém conviria que estivesse claro, como ideia reguladora ao menos, sua condição emancipada ou heterônoma.

IHU On-Line – Siegfried Zielinski afirmou em *A arqueologia da mídia* que "se quiser lazer audiovisual ou ler construções de som-imagem-texto, colocarei um disco no drive do CD-ROM quando ele ultrapassar a complexidade que um livro e um videoteipe me oferecem". Como o senhor avalia essa afirmação?

Francisco Ricardo de Macedo Rüdiger – De Zielinski, conheço o trabalho citado, mais um ou outro ensaio, e não tenho sobre eles um conceito favorável, tanto do ponto de vista epistêmico quanto do ponto de vista intelectual mais abrangente. Lendo o autor, fica-se, ao menos como primeira impressão, com a ideia de um antiquarismo curioso que resgata materiais em si mesmo interessantes, mas que os explora como matéria morta devido à falta de reflexão histórica mais abrangente. O questionamento, nos seus textos, é ao mesmo tempo muito pobre e exaustivo; exaustivo, porque a análise envereda por uma micrologia do detalhe por demais cansativa; pobre, porque o discurso procede por blocos estanques, não explorando, por desinteresse epistêmico, as conexões dos fatos e problemas descobertos com os processos sociais em curso e os processos históricos de longa duração já conhecidos pelo saber disponível.

IHU On-Line – De que forma a pesquisa (an) arqueológica pode nos ajudar a compreender a arqueologia da mídia?

Francisco Ricardo de Macedo Rüdiger – Creio que o emprego da expressão arqueologia, no fenômeno em foco, é, sobretudo, metafórico e, portanto, o trabalho dos arqueólogos *strictu sensu* talvez tenha pouco a influir no seu desenvolvimento. Arqueologia da mídia seria, a meu ver, bem entendida como um método de estudo da história, em que as técnicas de comunicação são iluminadas pela cultura e o imaginário social de cada época, em que se pesquisam as conexões, mas também as rupturas, as continuidades e esquecimentos do processo em que os fenômenos de comunicação, seus meios sobretudo, se vão formando e entrelaçando com outros processos e estruturas coletivas. Aproximam-se bastante desse critério as análises sobre a eletricidade e a telegrafia propostas por Carolyn Marvin em *When old technologies were new* (1990).

> "De Flusser parece provir uma preocupação com a materialidade dos meios, enfoque que ele adotou, aliás, de McLuhan"

IHU On-Line – Quais foram as contribuições de Foucault e Flusser para a construção do conceito?

Francisco Ricardo de Macedo Rüdiger – De Flusser parece provir uma preocupação com a materialidade dos meios, enfoque que ele adotou, aliás, de McLuhan[5]. Flusser passou a ser cultuado no final da vida entre alguns pesquisadores europeus, como uma espécie de McLuhan com pedigree. Lendo seus textos sobre mídia e comunicação, porém, não se vislumbra muito além do que fora dito pelo pensador canadense. Excetuando seus textos sobre a fotografia e a arte digital, encontra-se nele muito pouco que justifique atenção maior do que a devida a tantos outros pesquisadores contemporâneos. Já Foucault elaborou uma sofisticada reflexão metodológica sobre o que chamou de arqueologia do saber. O problema é que essa, embora referida, não comparece como tal nos estudos dos arqueólogos da mídia, sendo inclusive uma referência muito mais fraca do que a que neles exerce a pesquisa sobre a pré-história da modernidade proposta e esboçada, em vários textos, por Walter Benjamin. Creio que uma reflexão crítica e epistemológica sobre a arqueologia da mídia, comparativamente, teria de passar muito mais por esta última referência do que pelos textos de Flusser ou Foucault.

Leia Mais...

Francisco Rüdiger já concedeu outra entrevista à **IHU On-Line**:

* McLuhan, da filosofia pop ao ostracismo. Revista **IHU On-Line**, edição 357, de 11-04-2011, disponível em http://bit.ly/eVqK7V

5 **Herbert Marshall McLuhan** (1911-1980): sociólogo canadense. **Fez, em suas obras, uma** crítica global de nossa cultura, apontando o fim da era do livro, com o domínio da comunicação audiovisual. Seus principais livros são *A galáxia de Gutenberg* (1962) e *O meio é a mensagem* (1967). Confira a edição 357 da revista **IHU On-Line**, de 11-04-2011, intitulada *100 anos de McLuhan: um teórico de vanguarda*, disponível em http://bit.ly/oZJlrh. (Nota da **IHU On-Line**)

ACESSE A PROGRAMAÇÃO DOS EVENTOS DO IHU EM

WWW.IHU.UNISINOS.BR

"Estudar a história dos tempos profundos da imagem significa também buscar raízes da própria escrita"

As pesquisas que investigam uma arqueologia da mídia englobam naturalmente os estudos sobre a comunicação visual, diz Norval Baitello Junior

Por Márcia Junges e Thamiris Magalhães

"Sabemos que a comunicação imagética precede à comunicação alfabética, o que confere à imagem algo como uma paternidade sobre a escrita. Estudar a história dos tempos profundos da imagem significa também buscar raízes da própria escrita", assevera Norval Baitello Junior, em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**. Para ele, temos uma relação complexa com a imagem, "pois somos geradores compulsivos delas". E completa: "elas não apenas nos afastam das coisas, como também nos aproximam, paradoxalmente. E as imagens nascem no trânsito entre os ambientes endógeno e exógeno". Tal trânsito, para Norval, constitui a alma e o poder das imagens para os seres humanos. "Elas nos capturam o olhar porque nasceram na escuridão de nossas 'cavernas', os sonhos e a imaginação. Por isso, quando as imagens se proliferam nos ambientes externos, como inflação de imagens exógenas, somos coagidos a restringir o acesso a nossas próprias imagens endógenas, deixando progressivamente de exercer a capacidade de imaginação".

Norval Baitello Junior é doutor em Ciências da Comunicação e em Literatura Comparada pela Universidade Livre de Berlim, com pós-doutorados no Instituto de Sociologia da Universidade Livre de Berlim e no Centro Internacional de Pesquisas em Ciências da Cultura – IFK, em Viena. É professor titular da PUC-SP, atuando na Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica. É pesquisador do CNPq. Fundou e dirige o Centro Interdisciplinar de Pesquisas em Semiótica da Cultura e da Mídia – CISC desde 1992. É professor visitante das Universidades de Viena e Sevilha. É coordenador de área (Comunicação e Ciências da Informação) na Fapesp desde 2007. É autor, dentre outros, de *A serpente, a maçã e o holograma - esboços para uma teoria da mídia* (Ed. Paulus, 2010), *La era de la iconofagia* (Ed. Sevilha, 2008) e *Os meios da incomunicação* (São Paulo: Annablume, 2005). Confira a entrevista.

IHU On-Line - Em que aspectos a arqueologia da imagem tem conexões com a arqueologia da mídia?

Norval Baitello Junior - Os estudos que investigam uma arqueologia da mídia englobam naturalmente as pesquisas sobre a comunicação visual. Sabemos que a comunicação imagética precede à comunicação alfabética, o que confere à imagem algo como uma paternidade sobre a escrita. Estudar a história dos tempos profundos da imagem significa também buscar raízes da própria escrita.

IHU On-Line - Partindo da obra *Die Antiquiertheit des Menschen*[1], como analisa a obsolescência da vida, do corpo e do homem diante das estratégias midiáticas cuja principal ferramenta é a imagem?

Norval Baitello Junior - Anders[2] falou, em sua notável e pioneira obra, de um fenômeno que ele mesmo denominou "iconomania", uma mania dos ícones, das figuras, da comunicação visual, algo como uma adoração obsessiva pela imagem visual. Isto significa que espaços antes ocupados pela presença física, pela conversa e pela voz, pelo gesto vivo, passam a ser ocupados por registros artificiais - animados ou inanimados - fotos ou filmes. E que tais registros passam a ocupar cada vez mais espaços em todos os ambientes humanos. Ora, se compreendemos que uma imagem é a presença de uma ausência, temos que concordar com Anders que o humano desaparece progressivamente dando espaço a traduções bidimensionais, despidas de corporeidade, calor, vida e presença física.

1 **Die Antiquiertheit des Menschen (Munich: Beck, 2002). (Nota da IHU On-Line)**

2 **Günther Anders** pseudônimo de Günther Stern (1902-1992): jornalista, filósofo e ensaísta alemão de origem judaica. Doutorou-se em filosofia, em 1923, sob a orientação de Edmund Husserl, tendo sido aluno de Heidegger e Cassirer. Foi colega de Hannah Arendt, com quem foi casado entre 1929 e 1936. No Brasil, é mais conhecido por seu ensaio Kafka: Pró & Contra (1946), no qual reavalia a importância de Franz Kafka no contexto imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial, quando a obra do escritor tcheco corria o risco de ser mal compreendida ou reduzida a interpretações simplistas. (Nota da **IHU On-Line**)

IHU On-Line - Como podemos compreender os limites e possibilidades que se descortinam para o sujeito a partir da sua relação com a imagem?
Norval Baitello Junior - Temos uma relação complexa com a imagem, pois somos geradores compulsivos delas. Elas não apenas nos afastam das coisas, como também nos aproximam paradoxalmente. E as imagens nascem no trânsito entre os ambientes endógeno e exógeno. Tal trânsito constitui a alma e o poder das imagens para os seres humanos. Elas nos capturam o olhar porque nasceram na escuridão de nossas "cavernas", os sonhos e a imaginação. Por isso, quando as imagens se proliferam nos ambientes externos, como inflação de imagens exógenas, somos coagidos a restringir o acesso a nossas próprias imagens endógenas, deixando progressivamente de exercer a capacidade de imaginação.

IHU On-Line - Nesse sentido, como podemos compreender as "máquinas de imagem" às quais se refere Zielinski?
Norval Baitello Junior - Sempre foi um sonho do homem atingir a animação do inanimado. A imagem estática sempre esteve associada ao retrato dos mortos (*imago* para os romanos era máscara mortuária). Assim, desde muito cedo se buscava inventar um meio para mover a imagem, como resgate da vida perdida na fixação (por meio do desenho ou da pintura). A invenção de aparatos que oferecesse a ilusão do movimento às imagens, portanto, sempre esteve presente e quando tais aparatos, em suas formas primordiais, mesmo que toscas, surgiram, tiveram um grande impacto sobre o imaginário.

> "Temos uma relação complexa com a imagem, pois somos geradores compulsivos delas. Elas não apenas nos afastam das coisas, como também nos aproximam paradoxalmente"

IHU On-Line - Por que se pode falar de uma crise da visibilidade, com uma hegemonia da visão e uma sedação dos sentidos? O que tal constatação demonstra sobre a mídia no século XXI?
Norval Baitello Junior - Cada espécie animal possui sua especificidade no uso dos sentidos. Em algumas predomina o olfato; em outras, a audição; outras, a visão. Porém, há tal desenvolvimento e hipervalorização da visão que, por excesso de estímulo, passa a não mais enxergar ou a enxergar seletivamente. Onde predomina um sentido, os outros se retiram ou se retraem. Essa retração dos outros sentidos sobrecarrega ainda mais a visão em nossa civilização ocidental moderna. Uma visão sobrecarregada pode trazer uma crise da percepção visual.

IHU On-Line - Olhar para o passado a fim de compreender melhor o presente. Estaria aí um dos pontos fulcrais da arqueologia da mídia? Por quê?
Norval Baitello Junior - Vilém Flusser foi um dos primeiros pensadores do século XX a alertar para um novo ramo da investigação científica que surgia e se tornava cada vez mais necessário: as ciências arqueológicas. Tais ciências são aquelas que lidam com o "lixo" ou o descarte avassalador de coisas que perderam sua função primordial. Nestas coisas é que pode estar o sentido de nossas vidas, digo assim genericamente. Por isso nasceram tantas novas ciências que têm como meta a escavação e o resgate: a arqueologia, a etologia, a história, a psicanálise etc.

06 de outubro
IHU ideias
Nas fronteiras da lei: o abolicionismo de Louk Hulsman

MS Marco Antônio Scapini e MS Grégori Elias Laitano, integrantes do Instituto de Criminologia e Alteridade - ICA

Informações em www.ihu.unisinos.br

Arqueologia da mídia: preocupação com os estudos da técnica

Mais que abordar os conteúdos da comunicação, os estudos da arqueologia da mídia preocupam-se com a história dos aparatos tecnológicos, pondera Fabrício Lopes da Silveira

Por Thamiris Magalhães

"Trata-se de uma abordagem muito rica, interessante, mas que tem ainda que dizer a que veio". Esse é o posicionamento do professor do PPG em Ciências da Comunicação da Unisinos Fabrício Lopes da Silveira, em entrevista concedida pessoalmente à **IHU On-Line**. Para ele, a arqueologia da mídia é uma abordagem nova "que traz um frescor para a área e desafios novos para a pesquisa em comunicação". Além disso, o docente destaca que essa área de estudos busca outras saídas para pensar a comunicação na contemporaneidade. "Acredito que estamos muito marcados por uma tradição hermenêutica dos estudos de comunicação. As pesquisas semióticas são assim; análise de conteúdo. Então, o que esses autores estão procurando é outra via. Ou seja, não interessa tanto esses assuntos, os conteúdos, mas justamente essa ambientação midiática e o modo como ela impacta sobre as dinâmicas sociais, sobre os próprios assuntos", enfatiza.

Fabrício Lopes da Silveira graduou-se em jornalismo pela Universidade Federal de Santa Maria, no Rio Grande do Sul. Durante o mestrado, realizado na UFRGS, focou suas pesquisas em etnografia e estudos de recepção da televisão. Na Unisinos, concluiu seu doutorado intitulado Situacionalidades televisivas. Comunicação, consumo e cultura material. É professor dos cursos de Comunicação Social, além do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Unisinos, trabalhando com as disciplinas de Teorias da Comunicação e Pesquisa em Comunicação. Atualmente, ministra, junto com a professora Adriana Amaral, a disciplina de Tópicos de Comunicação e Cultura Pop. É autor de *O parque dos objetos mortos. E outros ensaios de comunicação urbana* (Ed. Armazém Digital, 2010) e *Pequenas crises. Pesquisa em comunicação e experiência estética* (Ed. Modelo de Nuvem, 2011), organizado pelo docente, com contribuições de vários alunos do PPGCC. Confira a entrevista.

IHU On-Line – Qual seria a definição mais clara da arqueologia da mídia?
Fabrício Lopes da Silveira – É uma vertente de trabalho, um nicho de estudos, digamos assim, no campo da comunicação, que vem procurando discutir a técnica por um viés histórico, da história da cultura. Não dá para dizer ainda que seja uma teoria acabada, já bem construída. Creio que seja um tipo de abordagem nova para a questão da técnica, que tenta pensar um desenvolvimento tecnológico que não aconteceu. A arqueologia da mídia indaga: onde poderíamos estar hoje caso os desdobramentos da mídia e suas linguagens tivessem adotado outro rumo? Há uma área, a arqueologia do cinema, que tem trabalhos bem interessantes nessa corrente e eu acho que isso foi ganhando uma projeção de tal forma que esses estudos estão dando conta de outras mídias, oferecendo elementos para que possamos pensar em mídias de uma forma geral, do ponto de vista do potencial tecnológico que, às vezes, não se consumou. Trata-se de uma perspectiva de trabalho que me parece uma novidade; é uma maneira nova de olhar para a comunicação. Além disso, não tem muito pesquisador que trabalhe com esse assunto e esses estudos ainda estão começando a aparecer no Brasil. Há poucos textos publicados aqui no país, traduzidos já para o português. O próprio Zielinski tem o livro *A arqueologia da mídia* que, creio, ser o principal trabalho que talvez melhor represente essa vertente, mas é *um* trabalho, por enquanto. Além desses, o que nós temos são estudos um pouco pontuais, isolados, que apareceram e podem ser organizados. Caso venham a ser sistematizados por alguém, podem dar uma visibilidade maior para essa perspectiva de trabalho.

IHU On-Line – Qual a relevância do conceito para os estudos da mídia na atualidade?
Fabrício Lopes da Silveira – Creio que renova muito a área. É importante porque é uma abordagem da técnica, e não dos conteúdos da comunicação. Creio que seja um tipo de trabalho sobre as formas midiáticas que, de certa forma, traz um ganho ou equilibra esses estudos mais frequentes na nossa área, que são muito de conteúdo. Creio que essa vertente de pesquisa é bastante atual para o campo da comunicação, por trazer uma abordagem nova.

IHU On-Line – Então, não trata a técnica como um simples instrumento neutro?
Fabrício Lopes da Silveira – Não. E isso é interessante, até porque este ano estamos comemorando o centenário do McLuhan e ele de certa forma foi um autor que contribuiu para essa perspectiva, sendo citado e reaparecendo nos trabalhos dessas pessoas que hoje estão formulando e oferecendo elementos para a discussão da arqueologia da mídia. Que é justamente isso: o desafio de pensar o meio exatamente e sua constituição histórica, bem como o impacto que as mídias, enquanto aparatos materiais, têm na cultura e sobre as nossas relações sociais. Então, creio que é relevante o estudo porque recoloca e reformula o olhar para a técnica. Até porque, na comunicação, somos muito assombrados pelo fantasma da novidade tecnológica. Parece que a tecnologia surge e não tem história. Que tudo é muito novo e tudo reconfigura tudo. E o que esses autores estão tentando mostrar é o contrário: que há processos históricos, tecnológicos profundos. Isso que Zielinski chama de "tempo profundo da mídia". Então, é justamente tentar pensar essa continuidade e, nesse caso, é a própria distinção entre mídias digitais e analógicas com a qual trabalhamos hoje que acaba sendo muito criticada por ele. O que Zielinski tenta mostrar é que muitas das características que a gente vê hoje, na cultura digital, na verdade não são de hoje, mas têm um processo histórico de maturação que ele procura pontuar. Para esse autor, especificamente, essa distinção tão marcada entre digital e analógico não tem muito sentido.

IHU On-Line – Por que poucas pessoas no Brasil e exterior querem estudar a arqueologia da mídia?
Fabrício Lopes da Silveira – Acredito que estamos muito marcados por uma tradição hermenêutica dos estudos de comunicação. As pesquisas semióticas são assim – análise de conteúdo. Então, o que esses autores estão procurando é outra via. Ou seja, não interessa tanto esses assuntos, os conteúdos, mas justamente essa ambientação midiática e o modo como ela impacta sobre as dinâmicas sociais, sobre os próprios assuntos. É uma tradição muito forte, em que se produziu muita pesquisa e que, de certa forma, eles estão tentando simplesmente encontrar outra via, para complementar essa abordagem hermenêutica, com estudos que poderíamos chamar de não hermenêuticos.

IHU On-Line – Acredita que com os estudos da arqueologia da mídia seria possível "desenterrar caminhos secretos na história", como disse Zielinski? E isso poderia nos ajudar a encontrar nosso caminho para o futuro? Por quê?
Fabrício Lopes da Silveira – Eu acredito, sim. Mas acho que, primeiro, devemos entender esse processo histórico, o que certamente nos dá condições de pensar o presente e projetar o futuro. Porém, não sei se é algo tão aplicável assim, porque também esses estudos têm uma espécie de romance da técnica. São estudos inventivos, de certo modo. Eles vão cogitar caminhos que, na verdade, não aconteceram; que foram soterrados ou inviabilizados, às vezes por questões culturais e econômicas principalmente. Então, são essas determinações, culturais, sociais, econômicas, que vão bloqueando certas potencialidades técnicas. De certa forma, o que eles pretendem é imaginar, ficcionalmente quase, de um modo até literário, romanceado, o que poderia ter sido caso o caminho fosse outro. É quase como quando há uma esquina e optamos por esse caminho ou aquele e o que teria acontecido se tivéssemos ido por outra via, onde teríamos chegado. Do ponto de vista da pesquisa e até metodológico, acho interessante essa abertura que a referida corrente de trabalho traz para o elemento, inclusive, inventivo. Claro que não se trata de uma ficção, mas é um esforço de também trazer, em alguma medida, uma elaboração ficcional para essa leitura da história, para a leitura desses dados históricos, dessas informações com as quais esses autores irão procurar trabalhar.

IHU On-Line – De que forma os estudos da arqueologia da mídia podem nos oferecer subsídios para compreendermos melhor a comunicação no futuro?
Fabrício Lopes da Silveira – Clareando esses processos históricos. Talvez, com isso, nós tenhamos elementos para imaginarmos para onde pode ir o avanço tecnológico ou que sentido tem esse progresso tecnológico; que implicações irá trazer.

IHU On-Line – Quais as relações existentes entre mídias antigas e atuais, digitais?
Fabrício Lopes da Silveira – Na verdade, essas lógicas estão se recolocando no ambiente digital. Elas não são inventadas, mas estão sendo readequadas. Por exemplo, muitas coisas que vemos hoje na internet, como a cultura *hacker*. Esse tipo de contracultura, de atitude, não é própria desse meio. Então, essas ações só se atualizam em processos, tensões e hábitos que são anteriores. Claro, ganham outro formato, mas a questão é entender o que tem de realmente novo nesse processo e o que não é tão novo assim, como acreditamos.

IHU On-Line – Então, a arqueologia da mídia prega a continuidade dessas mídias?
Fabrício Lopes da Silveira – Sim. Os autores que estudam a arqueologia da mídia enfatizam muito essa questão da continuidade. Não há um salto, embora exista uma ideologia da novidade, que cerca a área da comunicação. O que esses estudiosos vão tentar mostrar é que as coisas não são assim. Eles estão muito mais interessados em mostrar que há continuidade e não rupturas nesse desdobramento histórico.

IHU On-Line – De que maneira o conceito pode nos ajudar a entender melhor as mídias atuais?
Fabrício Lopes da Silveira – Esclarecendo e oferecendo uma compreensão melhor do que é novo ou não. Se se muda, muda-se o que? Acredito que, talvez, a vantagem desses estudos seja um pouco isso: frear o oba-oba, essa coisa da moda da tecnologia pelo avanço da técnica pela técnica. E o que a arqueologia da mídia prega é um olhar talvez um pouco menos seduzido pela técnica, pelo avanço tecnológico

por ele próprio.

IHU On-Line – Podemos dizer que existem pessoas que acreditam na "técnica pela técnica"? Não seria o conteúdo que está nela? Ou acredita que os indivíduos se importam hoje com o aparato tecnológico?
Fabrício Lopes da Silveira – Acredito que ainda há hoje, sim, um culto da técnica pela técnica. Para os autores que estudam a arqueologia da mídia o foco é a técnica, mas nesse sentido de desencantamento e recuperação desse elemento histórico, constituinte da tecnologia, que não pode ser esquecido. Só que isso não é um passe de mágica. Trata-se de todo um processo que tem que ser recuperado na cultura.

IHU On-Line – Como podemos tensionar a arqueologia da mídia com a ideia de amnésia histórica, apregoada pela pós-modernidade?
Fabrício Lopes da Silveira – Acredito que os estudos da arqueologia da mídia batem de frente com a ideia de amnésia histórica, porque eles investem justamente em uma recuperação dessa história. Mas uma coisa que é interessante: não é essa história linear e não se trata de uma história oficial. Trata-se justamente de procurar a história que não aconteceu. Benjamin, por exemplo, é um autor que também é recuperado nesse contexto de trabalhos. Ele fala na história dos vencidos. Seria um pouco isso: tentar imaginar o que seria a história da técnica que não aconteceu, mas que poderia ter acontecido. Seria restituir, por esse exercício de imaginação histórica, essas formas midiáticas e averiguar os caminhos que elas tomaram em função dos que foram deixados para trás. McLuhan e Benjamin são autores que estão sempre presentes, servindo de base para outros, como Zielinski e Kittler, que são os pesquisadores mais identificados na linha de frente, hoje, que têm aparecido para nós aqui no Brasil com a ideia de arqueologia da mídia. Ou seja, Benjamin, McLuhan, Flusser, Zielinski e Kittler são os principais estudiosos do tema. E isso é uma corrente, tradição, de algumas teorias alemãs de mídias contemporâneas que vêm construindo, pouco a pouco, essa perspectiva de trabalho. A minha expectativa é ver justamente como isso vai se definir. Trata-se de uma abordagem muito rica, interessante, mas que tem ainda que dizer a que veio. Vamos ver até que ponto esses trabalhos vão, de fato, render na área da comunicação no Brasil; até que ponto irão inspirar estudos e ser continuados; e que tipo de pesquisa vai começar a aparecer com esses autores. No Brasil, ainda são poucos os trabalhos que se dedicam a isso. É uma abordagem nova, que traz um frescor para a área e desafios novos para a pesquisa em comunicação.

IHU On-Line – Qual a contribuição dos estudos da arqueologia da mídia para o campo comunicacional?
Fabrício Lopes da Silveira – Pode, muito bem, renovar o campo. Agora, vamos ver como isso vai acontecer. E, as pessoas que forem se interessando pelo assunto, até aonde irão levar. Como conseguirão trabalhar, produzir boas pesquisas, defender suas teses, produzir, enfim, dentro dessa perspectiva de trabalho. Creio que cabe a nós ficarmos atentos, acompanhando, para ver, nos próximos anos, que rosto a pesquisa irá ganhar e como essa perspectiva será recebida aqui no Brasil; se se vai começar a circular mais ou não.

IHU On-Line – Mais que um simples dispositivo tecnológico, a internet representa um "novo modo de ser no mundo"?
Fabrício Lopes da Silveira – A comunicação digital eu teria a tendência em dizer que não. Não configura um novo modo de ser no mundo. Mas a comunicação sim. Parece-me que a comunicação digital só torna mais evidente coisas e processos sociais, em que a mídia passa a ter importância, mas não porque são das mídias digitais, mas sim porque são das mídias. Não há um digital puro. O que está na cultura digital está na midiática. A cultura digital está muito relacionada com outras mídias analógicas. Então, não consigo ver a cultura digital sozinha, instituindo um novo modo de ser no mundo. O que eu acho que instaura um novo modo de ser no mundo é a cultura midiática (mais abrangente) e, dentro da cultura midiática, a cultura digital. O digital isolado, eu tenho dúvidas se teria esse protagonismo para além do midiático ou sozinho.

IHU On-Line – De que maneira a comunicação midiática representa um novo modo de ser no mundo?
Fabrício Lopes da Silveira – Acredito que principalmente em função do modo como reconfigura nossas experiências de tempo e espaço. E como eu passo a atuar no mundo, me relacionar com o outro, lidando com uma multiplicidade de tempos e espaços, com outro modo de me relacionar, de ocupar e dividir o meu tempo e espaço com esse outro. Então, passamos a nos relacionar socialmente, mas em outro regime espacial e temporal, que é esse que as tecnologias e esses ambientes midiáticos trazem.

IHU On-Line – Mas o tempo e espaço não são proporcionados pelo digital?
Fabrício Lopes da Silveira – Sim. Acredito que o digital acelera isso. Amplifica essa alteração. Mas ele sozinho não causou a mudança. Só a radicaliza, de certa forma.

www.ihu.unisinos.br

Arqueologia e genealogia das mídias, uma articulação necessária

No caso da publicidade, a perspectiva arqueológica combinada com a genealógica é importante, uma vez que oportuniza "explorar outras possibilidades que podem estar potentes em outros construtos e buscar fraturas/arestas que representem diferenciação nesta overdose de mensagens" endereçadas ao consumidor/sujeito, frisa Gustavo Fischer

Por Márcia Junges

"Se trouxermos a perspectiva mcluhaniana de enxergar que um meio carrega o conteúdo de outro, ou ainda a perspectiva de Lev Manovich, que retoma uma trajetória de modificações da tela para mostrar que as interfaces digitais que nos cercam trazem muito das evoluções de funcionalidades geradas em dispositivos 'pré-cinematográficos', perceberemos a importância de este 'agir arqueológico' estar articulado com uma visão genealógica das mídias". A afirmação é do publicitário Gustavo Fischer, na entrevista que concedeu por e-mail à **IHU On-Line**. Em seu ponto de vista, "para a publicidade, a perspectiva arqueológica em combinação com a genealógica traz oportunidades para explorar outras possibilidades que podem estar potentes em outros construtos e buscar fraturas/arestas que representem diferenciação nesta overdose de mensagens que se apresentam ao consumidor/sujeito".

Gustavo Fischer é graduado em Publicidade e Propaganda pela Unisinos, onde também cursou mestrado e doutorado em Ciências da Comunicação com a tese *As trajetórias e características do YouTube e Globo Media Center/Globo Vídeos: um olhar comunicacional sobre as lógicas operativas de websites de vídeos para compreender a constituição do caráter midiático da web*. É professor e coordenador do curso de Comunicação Digital da Unisinos. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Por que é importante realizar uma arqueologia da mídia, como propõe Zielinski?

Gustavo Fischer - Embora eu ainda não tenha mergulhado tanto no trabalho de Zielinski como queria, é importante perceber que a proposta que ele traz de realização de uma arqueologia da mídia passa necessariamente, a meu ver, por uma premissa muito pouco considerada por quem atua com as chamadas mídias digitais e é engolido pelo fetiche novidadeiro dos suportes e tecnologias: a de considerar a existência de um regime contínuo de afiliações e conexões (como fala Zielinski) entre produtos culturais contemporâneos (mídias de massa e "novas mídias") e outros de outros contextos histórico-culturais mais distantes, mas cujos princípios já continham propriedades que podemos considerar que, hoje, se atualizam (no sentido bergsoniano da palavra) em novos construtos midiáticos ou informáticos (ou os dois, aspecto que cada vez caracteriza mais nosso atual contexto). Se trouxermos a perspectiva mcluhaniana de enxergar que um meio carrega o conteúdo de outro, ou ainda a perspectiva de Lev Manovich[1], que retoma uma trajetória de modificações da tela para mostrar que as interfaces digitais que nos cercam trazem muito das evoluções de funcionalidades geradas em dispositivos "pré-cinematográficos", perceberemos a importância de este "agir arqueológico" estar articulado com uma visão genealógica das mídias. Com isso conseguimos avançar para buscar pistas sobre as direções que os produtos midiáticos contemporâneos estão tomando e tentar construir reflexões sobre os movimentos de afiliação e remediação (Bolter, Grusin[2]) que se sucedem.

IHU On-Line - Numa sociedade em qua a informação e o consumo são tão rápidos, qual é o significado desse tipo de arqueologia?

Gustavo Fischer - Conforme busquei comentar anteriormente, a perspectiva arqueológica (que não precisa ne-

1 **Lev Manovich** (Moscou, 1960) é crítico literário e professor universitário russo, estabelecido nos Estados Unidos. É pesquisador na área de novas mídias, mídias digitais, design e estudos do software (*software studies*). Lev Manovich mudou-se nos anos 1980 para os Estados Unidos, onde realizou seus estudos em cinema e computação.

2 Os autores Jay David Bolter e Richard Grusin são professores dos Estudos das Novas Mídias, Universidade de Minnesota, USA. (Nota da **IHU On-Line**)

cessariamente implicar em uma busca a objetos "pré-midiáticos', o leitor pode experimentar revisitar antigas versões de websites em ferramentas como a "Wayback Machine', que se encontra em archive.org) pode representar uma compreensão mais clara dos movimentos de mudanças, desaparecimentos ou afirmações de tendências de linguagens, estéticas e formatos. Um exemplo: a noção de página pessoal (homepage) como manifestação do *self* vem desaparecendo como formato em relação aos perfis em sites de redes sociais. No entanto, entre as homepages e os sites do tipo Facebook, tivemos vários movimentos intermediários como a presença de diários online nas homepages, os *webrings* que eram uma espécie de "clube de sites" que se linkavam entre si por terem temas ou gostos em comum. Esse movimento forma vai de certa retirando construções mais "artesanais" desses sujeitos (ainda que o software sempre esteja por trás de tudo) para outras que nos colocam dentro de uma mesma vizinhança (todos ficamos mais "uniformizados" dentro do Facebook, ainda que este também se atualize - talvez para permanecer o mesmo). Mesmo para o mercado que produz soluções como aplicativos e websites, esse movimento de mapeamento de tendências e experimentação de linguagens é essencial.

IHU On-Line - Nesse sentido, qual é a relevância dessa arqueologia para a publicidade, especificamente?

Gustavo Fischer - A publicidade, como manifestação de narrativas, formatos e estéticas, tem um comportamento normalmente de apropriar-se de procedimentos que são identificáveis se voltarmos até a retórica grega (aspecto que o professor Dr. João Carrascoza[3] explora bem em seus livros sobre Linguagem Publicitária) e é altamente obediente, em grande parte, a regimes de leitura que operam pelas leis da gestalt. Basta observarmos como boa parte dos layouts se apresentam. Para a publicidade, a perspectiva arqueológica em combinação com a genealógica traz oportunidades para explorar outras possibilidades que podem estar potentes em outros construtos e buscar fraturas/arestas que representem diferenciação nesta overdose de mensagens que se apresentam ao consumidor/sujeito.

> "Acredito que o caráter midiático da web é uma articulação entre três facetas"

IHU On-Line - Quais são os principais desafios da mídia em geral, e da publicidade, em particular, dado o contexto de midiatização e tecnologia atuais?

Gustavo Fischer - Acho que é justamente tentar não se cegar pela ideia da novidade pela novidade ou de repetir-se por segurança/precaução nas soluções propostas. A publicidade, a partir do momento em que os sujeitos estão de posse de algumas possibilidades de construir materiais midiáticos na web, está constantemente sendo - eu diria saudavelmente - alvo de sátira, crítica, deboche ou mesmo ganhando outras formas de fidelização a determinadas teses que são compartilhadas exponencialmente por twitters, e-mails e facebooks da vida.

IHU On-Line - Poderia dar mais detalhes sobre o caráter midiático da web? Em que aspectos essa característica contrasta com a publicidade "pré-web"?

Gustavo Fischer - Resumidamente, acredito que o caráter midiático da web é uma articulação entre três facetas. A primeira seria de os websites operarem sobre e com uma imensa infraestrutura de dados que são indexados, organizados e apresentados sob códigos imagéticos, sonoros, textuais e audiovisuais em interfaces que ainda são fortemente impregnadas de características das chamadas mídias tradicionais. Esta seria a segunda faceta, da interface amigável e altamente remidiadora das mídias impressa e audiovisual (e também pela própria presença dos grupos/produtores de mídia dentro deste ambiente). A terceira faceta é de ser um ambiente de relacionamento, na qual o sujeito está sempre registrando seus movimentos de forma mais intencional (registrando-se em sites, construindo conteúdos, compartilhando informações, vídeos, links, etc.) ou mesmo quando os sites "capturam" os dados de nossa navegação visando otimizar a distribuição de seus conteúdos. Acredito que o caráter midiático da web é uma articulação dessas três facetas, consideradas as características arqueogenealógicas já expostas e somando o fundamental papel da informatização ou "softwarização" dos processos de produção, visualização e distribuição de conteúdos.

Baú da IHU On-Line

A **IHU On-Line** e os **Cadernos IHU em formação** já publicaram outras edições cujos temas se relacionam com a temática da comunicação. Confira.

* Democratizar a comunicação. Edição 99 da Revista **IHU On-Line**, de 03-05-2004, disponível em http://bit.ly/oTSHGK
* Mídia livre? A democratização da comunicação. Edição 254 da Revista **IHU On-Line**, de 14-04-2008, disponível em http://bit.ly/nZoxyt
* Midiatização. Um modo de ser em rede comunicacional. Edição 289 da Revista **IHU On-Line**, de 13-04-2009, disponível em http://bit.ly/pcVlFP
* Twitter, Facebook, MySpace e Orkut. As redes sociais na web. Edição 290 da Revista **IHU On-Line**, de 20-04-2009, disponível em http://bit.ly/dCELpl
* Conferência Nacional de Comunicação. Uma conquista e os seus desafios. Edição 315 da Revista **IHU On-Line**, de 16-11-2009, disponível em http://bit.ly/n2oRGe
* Processos de comunicação e cultura solidária. Edição 319 da Revista **IHU On-Line**, de 14-12-2009, disponível em http://bit.ly/nvfwZ1
* 100 anos de McLuhan: um teórico de vanguarda. Edição 357 da Revista **IHU On-Line**, de 11-04-2011, disponível em http://bit.ly/oZJlrh
* Midiatização. Uma análise do processo de comunicação. **Cadernos IHU em formação** n. 35, disponível em http://bit.ly/3A3VwH

3 Escritor, redator de propaganda, professor universitário e autor de novelas e romances. Publicou os livros de contos: Hotel Solidão, O Vaso Azul, Duas tardes, Meu Amigo João e Dias Raros. É ganhador de prêmios como o Guimarães Rosa da Rádio France Internationale. Participou como escritor-residente, do Programa Ledig House–International Writer\'s Colony, nos EUA. Seu último livro, O Volume do Silêncio, foi indicado ao prêmio Jabuti 2007 como melhor livro de contos e crônicas. (Nota da **IHU On-Line**)

UNISINOS

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS

IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

B.

Destaques da Semana

Entrevista da Semana

Hans Jonas e a vida como valor máximo

Relações da humanidade com o meio não podem prosseguir subjetiva e egoisticamente, aponta Bartolomeu Leite da Silva. Atentado à vida promovido pelo "antropocentrismo ocidental" beira os limites da irracionalidade e é autofágico

Por Márcia Junges

"A discussão de Jonas em torno do tema da vida vem exatamente preencher a lacuna da vaguidão dos conceitos metafísicos deixados pela filosofia da consciência, e mostrar quão prática, em tom forte, é a questão do ser em sentido biológico, vital, a ponto de encontrarmos vinculações necessárias e fundamentais com a manutenção da vida no planeta". A constatação é do filósofo Bartolomeu Leite da Silva, na entrevista que concedeu por e-mail à **IHU On-Line**, analisando o legado filosófico de Hans Jonas. Para ele, esse filósofo alemão "representa uma corrente de pensamento que está consciente de que nossas relações com o meio não podem continuar seguindo os parâmetros de uma racionalidade pautada em certos princípios subjetivos, egoístas". A vida como valor maior é o grande norte de Jonas. Sem ela "não há pergunta nem respostas, nem linguagem, nem sentidos, nem homem, nem mundo". Crendo na possibilidade da vinda de um "homem novo", Jonas "encontra o mundo da vida, a ética, o próximo, que pode ser qualquer um que preserve a vida, que não atente contra a vida do próximo e do planeta".

Bartolomeu Leite da Silva é graduado e mestre em Filosofia pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS cursou doutorado em Filosofia com a tese *O conceito de mundo de Heidegger como base filosófica da crítica de Apel a Habermas*. Leciona na UFPB e é autor de *Problemas de teoria do conhecimento: Tópicos especiais de filosofia moderna* (Maceió: EDUFAL, 2007) e *Crítica e metacrícitca: de Kant a Habermas* (João Pessoa: EDUFPB, 2010). Confira a entrevista.

IHU On-Line – Em que aspectos Hans Jonas[1] é autor de uma "biologia filosófica"?

Bartolomeu Leite da Silva – A pergunta pela origem (Parmênides[2]), mais tarde pelo ser (Aristóteles[3]), sempre foi a mais respondida pela tradição filosófica ocidental. Isso já bastaria para vincular Hans Jonas ao primado da existência e da vida no planeta, ainda que numa perspectiva bastante geral, dado que sua filosofia se vincula originalmente ao tema da vida, da bioética. Tomemos Heidegger[4] com sua

1 **Hans Jonas** (1902-1993): filósofo alemão, naturalizado norte-americano, um dos primeiros pensadores a refletir sobre as novas abordagens éticas do progresso tecnocientífico. A sua obra principal intitula-se *Das Prinzip Verantwortung. Versuch einer Ethik für die technologische Zivilisation*, publicada em português como *O princípio responsabilidade* (Rio de Janeiro: Contraponto, 2006). Confira a edição 371 da revista **IHU On-Line**, de 29-08-2011, intitulada *Tudo é possível? Uma ética para a civilização tecnológica*, disponível em http://bit.ly/qhC1gZ. (Nota da **IHU On-Line**)

2 **Parmênides de Eléia** (530 a. C. – 460 a. C.): filósofo pré-socrático, fundador da escola eleática. (Nota da **IHU On-Line**)

3 **Aristóteles de Estagira** (384 a C. – 322 a. C.): filósofo nascido na Calcídica, Estagira, um dos maiores pensadores de todos os tempos. Suas reflexões filosóficas — por um lado originais e por outro reformuladoras da tradição grega — acabaram por configurar um modo de pensar que se estenderia por séculos. Prestou inigualáveis contribuições para o pensamento humano, destacando-se nos campos da ética, política, física, metafísica, lógica, psicologia, poesia, retórica, zoologia, biologia, história natural e outras áreas de conhecimento. É considerado, por muitos, o filósofo que mais influenciou o pensamento ocidental. (Nota da **IHU On-Line**)

4 **Martin Heidegger** (1889-1976): filósofo alemão. Sua obra máxima é O ser e o tempo (1927). A problemática heideggeriana é ampliada em *Que é Metafísica?* (1929), *Cartas sobre o humanismo* (1947), *Introdução à metafísica* (1953). Sobre Heidegger, a **IHU On-Line** publicou na edição 139, de 2-05-2005, o *artigo O pensamento jurídico-político de Heidegger e Carl Schmitt. A fascinação por noções fundadoras do nazismo*, disponível para download em http://migre.me/uNtf. Sobre Heidegger, confira as edições 185, de 19-06-2006, intitulada *O século de Heidegger*, disponível para download em http://migre.me/uNtv, e 187, de 3-07-2006, intitulada *Ser e tempo. A desconstrução da metafísica*, que pode ser acessado em http://migre.me/uNtC. Confira, ainda, o nº 12 do **Cadernos IHU Em Formação** intitulado *Martin Heidegger. A desconstrução da metafísica*, que pode ser acessado em http://migre.me/uNtL. Confira, também, a entrevista concedida por Ernildo Stein à edição 328 da revista IHU On-Line, de 10-05-2010, disponível em http://migre.me/FC8R, intitulada *O biologismo radical de Nietzsche não pode ser minimizado*, na qual discute ideias de sua conferência A crítica de Heidegger ao biologismo de Nietzsche e a questão da biopolítica, parte integrante do **Ciclo de Estudos Filosofias da**

crítica a essa generalidade, no sentido de que a pergunta pelo tema tem conduzido a respostas vazias, e, por isso, caído num vazio de sentido, e então teremos Jonas num ambiente bastante atual e particular de questões relativas ao problema da existência, hoje, no planeta Terra. Saímos da generalidade da questão e passamos para uma particularidade de horizonte, no qual a vinculação filosófica da pergunta pela vida pelo meio ambiente se torna a mais expressiva e atual das questões humanas em relação à vida. Assim, uma "biologia filosófica" funda a pauta da vez na discussão filosófica em tom imperativo nos tempos atuais.

A discussão de Jonas em torno do tema da vida vem exatamente preencher a lacuna da vaguidão dos conceitos metafísicos deixados pela filosofia da consciência e mostrar quão prática, em tom forte, é a questão do ser em sentido biológico, vital, a ponto de encontrarmos vinculações necessárias e fundamentais com a manutenção da vida no planeta. Filosoficamente, perguntar pela vida é perguntar por aspectos fundamentais que dão prioridade a um dado interpretativo palpável, visível, mensurável, antecipatório que está logo ali, à nossa frente, e independe de opinião ou interpretação. Apenas depende de uma semântica positivada como uma constatação. A vida é, simplesmente é. Existo, logo penso! Parafrasearíamos Descartes[5]. Ela não funda o ser, eis que é o próprio ser. Tudo o mais dela deriva.

Se em Heidegger a linguagem inaugura o mundo, parafrasearíamos em Jonas que o bios fundamenta o ser da linguagem. Ela é a condição de tudo e

"A alteridade é carne e vida que extrapola o meio humano. A natureza deixa de ser objeto de uso duvidoso e incontrolado, e assume um lugar na vida da sociedade, ou seja, assume uma finalidade"

todas as coisas. Há que se ter vida para ser, falar, pensar, agir... Sem vida não há pergunta nem respostas, nem linguagem, nem sentidos, nem homem, nem mundo, assim pensa Jonas. Portanto, uma biologia filosófica torna-se o tema pelo qual o ser humano pode alcançar, ainda que tardiamente, respostas para questões relativas à ciência, ao sentido, ao ser e ao mundo em geral. A biologia entra pela porta da frente na casa da filosofia e descortina a questão do sentido como questão biológica fundamental, uma biologia filosófica.

IHU On-Line – Qual é a relação entre o "princípio responsabilidade" de Jonas com o movimento ambiental na Alemanha?

Bartolomeu Leite da Silva – Muitas relações podem ser feitas entre o "princípio responsabilidade" e o movimento ambiental na Alemanha, sobretudo se escolhêssemos um determinado período histórico, dado que este tipo de filosofia comprometida com o seu tempo bem reflete o espírito cultural e filosófico dos alemães. Desde que Hegel compreendeu a filosofia como expressão do seu tempo em pensamento, os alemães não pararam de encarar a relação com o meio ambiente como fator não apenas de responsabilidade, mas como condição de vida. Homem e mundo passam a definir, ainda no século XX, uma única esfera de valor e vida, tendo que aprender uma nova forma de relação com o meio ambiente e tendo que aprender novos hábitos para poderem vislumbrar aquilo que, em conceito, já se prefigurava: um futuro enquanto presente contínuo. A noção de tempo como epocalidade (Hegel) constitui, portanto, a chave de entrada do problema do meio ambiente, a antecipação de uma bioética, na filosofia e na vida do povo alemão, e com isso descobre-se uma vinculação necessária entre o "princípio responsabilidade" e o movimento ambiental. A partir dessa vinculação, compreende-se que o tempo deixa de existir apenas enquanto um presente, proveitoso e cheio de oportunidades econômicas, para se conviver com uma noção de tempo como existencialidade (Heidegger), uma relação com o outro (*alter*/***Anderen***). E este outro Jonas bem sabe que não é uma figuração puro-conceitual na cultura. O "princípio responsabilidade" tem um alcance ontológico fático, existencial, o outro como gente-irmã. Esse outro é o próprio eu manifestado sociobiologiamente, o "nós" que constitui a nação, o povo. A alteridade é carne e vida que extrapola o meio humano. A natureza deixa de ser objeto de uso duvidoso e incontrolado, e assume um lugar na vida da sociedade, ou seja, assume uma finalidade. Como finalidade ela adquire uma nova posição ontológica perante o homem e o mundo, perante a sociedade constituída. É essa nova ontologia do meio ambiente que faz com que, na vida do povo alemão, seja criada uma nova esfera de respeito e valor para com a vida no planeta, ou seja, que adquire sentido e validade o "princípio responsabilidade" de Jonas.

IHU On-Line – Em que aspectos o pensamento desse filósofo é atual para a compreensão das questões de bioética?

Bartolomeu Leite da Silva – A bioética se define atualmente por uma ética aplicada ao meio ambiente (*Umwelt*), a tudo que está ao nosso redor, o mundo num sentido mais prático e cotidiano. Hans Jonas representa uma corrente de pensamento que está consciente de que nossas relações com o meio não podem continuar seguindo os parâmetros de uma racionalidade pau-

diferença - Pré-evento do **XI Simpósio Internacional IHU: O (des)governo biopolítico da vida humana.** (Nota da **IHU On-Line**)

5 **René Descartes** (1596-1650): filósofo, físico e matemático francês. Notabilizou-se sobretudo pelo seu trabalho revolucionário da Filosofia, tendo também sido famoso por ser o inventor do sistema de coordenadas cartesiano, que influenciou o desenvolvimento do cálculo moderno. Descartes, por vezes chamado o fundador da filosofia e matemática modernas, inspirou os seus contemporâneos e gerações de filósofos. Na opinião de alguns comentadores, ele iniciou a formação daquilo a que hoje se chama de racionalismo continental (supostamente em oposição à escola que predominava nas ilhas britânicas, o empirismo), posição filosófica dos séculos XVII e XVIII na Europa. (Nota da **IHU On-Line**)

tada em certos princípios subjetivos, egoístas. Racionalidade e vida se perfazem numa relação de parceria pela existência não apenas do pensamento, mas também do corpo, da vida, e isso Jonas compreende como nenhum outro filósofo do seu tempo. O império da técnica mostrava-se estagnado na sua aplicabilidade pelo homem, de modo que é preciso repensar incondicionalmente a relação do homem com seu meio em termos de uma ética da responsabilidade, se se quer ter vida num tempo próximo. A bioética assume uma posição ontológica fundamental no esquema da compreensão e assunção da questão da vida ao nosso redor. Desde que a técnica assumiu os horizontes de uma razão incontrolada, denunciada como ofuscamento das luzes (Adorno e Horkheimer), uma nova mitologização do saber e da cultura, Hans Jonas se faz atual e duradouro em seu pensamento de reconfiguração das relações do homem com seu meio. A atualidade da filosofia de Jonas certamente será grande e permanente, na medida em que a tecnologia presente no mundo inspira cuidados e controle, de tal modo que qualquer deslize se configura com a morte para o homem, quer dizer, para a vida no planeta. A tecnologia nuclear, por exemplo, não apenas criou o medo na humanidade, mas a certeza de que o incontrolado pode acontecer, pode fugir do nosso controle; há um monstro visível e palpável, não adormecido, que pode se revelar como no instante de um raio, criado pela cultura científica moderna, que assusta o homem naquilo que de mais valor ele cultivou: sua própria vida. Portanto, enquanto formos dependentes da técnica moderna, e creio que isso é a permanente condição de vida do homem moderno, nós, o pensamento de Hans Jonas será nosso guia para uma reflexão perene sobre a vida e a morte aqui e agora, ou seja, sempre.

IHU On-Line – Qual é a importância do legado heideggeriano no pensamento de Jonas sobre a técnica?

Bartolomeu Leite da Silva – A técnica é a ciência aplicada, a tecnologia transformada em conhecimento prático. Essa noção Heidegger deixa como legado para seu aluno. Com isso Jonas não discorda de um ponto de vista intelectual. O problema aparece quando o sentimento de mundo do homem entra de férias e parece não se dar conta de um perigo iminente, real, ao alcance de qualquer parte no planeta: a falta de controle do pensamento sobre os meios de produção, sobre o que está envolvido nessa adorável tecnologia. Antes que nos apressemos e falemos de um consumo desenfreado, como se ele fosse freável, é importante lembrar dos recursos não renováveis do planeta. São eles, em suas quantidades e qualidades, que deveriam regrar o uso de certas tecnologias no planeta. Ou seja, a esgotabilidade dos recursos deve ser a chave para o estabelecimento dos limites de consumos das energias dos recursos não renováveis do planeta. O capital determina os lucros, mas não determina a vida. Ao contrário, extermina a vida quando incontrolado. Heidegger não se enganou ao compreender a técnica como expressão universal do espírito europeu no mundo, uma europeização do mundo. Mas Jonas crê que essa europeização corre perigo quando dela perdemos a noção do controle, quando o lucro do capital parece extrapolar o compromisso com o meio ambiente. Ou seja, quando se perde a noção de humanidade. E aí parece que o homem se predestina, prescreve o seu próprio fim. Mas não é essa a escatologia que Jonas defende; é antes uma responsabilização para com o outro que se respalda no meio ambiente. Antropologicamente, Jonas quer destacar, contra filosofias existencialistas, que não temos a opção pela vida, mas somente a condição de viver. E aí entra o tema da responsabilidade nossa com o meio ambiente.

> **"Se os totalitarismos falham por pressuporem demais, a cultura pós-humanista falha por pressupor de menos"**

IHU On-Line – Após a filiação de Heidegger ao partido nazista, Hans Jonas questiona o valor da filosofia. Em que medida essa decepção se reflete em suas obras posteriores?

Bartolomeu Leite da Silva – Creio que Jonas se recente da condição teórica da filosofia como um todo ao ver seu mestre se comprometer com um regime pressuposto de posições político-metafísicas duvidosas e totalitaristas, que perdeu a noção do real e alça voo para um imaginário, para um céu de ilusões conceituais da raça idealizada, e por isso ele busca uma realização radical da filosofia noutra esfera, num lugar em que as nuvens do erro da metafísica não se confundam com o céu da verdade, quer dizer, contra Hegel idealista, com o chão da verdade. Para Jonas, a filosofia da consciência ainda decepciona na sua atitude política, na medida em que ela ainda se limita a uma metafísica da vida que exagera em sua compreensão política de homem, ainda concebe a pureza de raça como realização de pensamento, uma espécie de idealismo alemão reencarnado. Parece o fim último de todas as teorias. Contra essa atitude, Jonas conclama a esfera esquecida não do mundo da vida, como na fenomenologia, mas da vida no mundo. De novo o debate sobre o tema da condição e não da opção pela vida que temos. Só podemos viver. E Jonas parece acreditar pouco que o rumo da filosofia heideggeriana, atrelada ao *Führer*, favoreça a uma unidade do ser da nação alemã, quer dizer, favoreça a vida. Desilusão? Melancolia? Saudade de viver? Apenas lutar! Viver!

IHU On-Line – Sob quais aspectos a filosofia de Jonas é uma reação ao antropocentrismo ocidental?

Bartolomeu Leite da Silva – A filosofia de Jonas é uma reação ao antropocentrismo ocidental no sentido em que este se guia pela ideia de um racionalismo idealista autoconstituído e possuído por uma ideia de vida vinculada a um princípio de dominação sobre o objeto. É isso o que acontece com a filosofia de Descartes e Kant, e piora em Hegel. O objeto, o real, não passa de uma ficção e pressuposição da consciência. Como afirma Heidegger, o ser é uma posição, algo posto pelo sujeito. Isso é o idealismo. O espírito da cultura europeia parece agir no mun-

do com essa atitude, desde tempos remotos, e parece que os limites de tal atitude racionalista chegam ao seu limite porque compromete a sobrevivência da própria cultura. O atentado à vida que o antropocentrismo ocidental dissemina beira os limites da irracionalidade, ele é autofágico. O velho Marx já pensava assim, na medida em que propunha uma inversão na filosofia, que ela começasse a existir pelo real material, não pelo real idealizado da cultura idealista europeia. Jonas alarga essa fronteira e acredita no homem novo, um novo conceito que atravessa os limites da existência do real e do racional do idealismo alemão, e encontra o mundo da vida, a ética, o próximo, que pode ser qualquer um que preserve a vida, que não atente contra a vida do próximo e do planeta. Contra uma ressaca metafísica de conceitos vazios, Jonas propõe recuperar uma noção de humanidade ligada à vida e à existência dos seres em suas relações vitais. A vida humana reinterpretada perde o lugar e a noção de sua centralidade e assume-se como contiguidade do mundo, biosfera viva e inseparável de si mesma. Uma fuga para dentro de si, para a vida do mundo. Viver para pensar e sentir, e não sentir e pensar para viver.

IHU On-Line – Frente aos dilemas do pós-humanismo, qual é a relevância da obra de Jonas?

Bartolomeu Leite da Silva – O pós-humanismo coloca-se inicialmente com uma atitude de representação dos valores, e isso parece convencer a muitos: uma certa transvaloração assumida como mediação linguística no trato das relações interpessoais. E nisso parece que uma responsabilização ética surge e se torna eficaz, e basta para a vida social dos indivíduos. Ora, a meu ver isso convence temporariamente, dado que qualquer consenso acerca dos valores vividos é sempre temporário e vinculado a gostos e tradições que, em muitos casos, não alcança o vizinho. Guerra dos grupos particulares frente à cultura de paz universal? Penso que até o conceito de guerra já foi relativizado a ponto de não fazer mais diferença para a cultura pós-humanista. No fundo, o prazer representa a vida e a vida alimenta o prazer, a ilusão do conceito transmutada em dados materiais. E culturas de grupos se afirmam e se destacam na universalidade da multidão. Antes que se geste um preconceito contra o advento da diversidade, que se se conscientize dos limites da criação e da necessidade de afirmação de um tipo de comportamento como esse. Até que ponto essas culturas particulares interagem entre si é a questão que se deve discutir. Se os totalitarismos falham por pressuporem demais, a cultura pós-humanista falha por pressupor de menos. E o perigo reside na quebra do limite de transposição rumo aos outros, à vida e ao todo da sociedade. Assim, Jonas permanece atual no sentido de vincular uma finalidade para nossas ações. Nessa finalidade, entrevemos uma vinculação ética do homem consigo mesmo e com o meio ambiente. Ou seja, uma diversidade de vidas e culturas que concorrem para uma universalidade da biosfera, da genialidade da vida que nos pertence, da alegria de viver!

Ciclo de Estudos: Repensando os Clássicos da Economia – Edição 2011

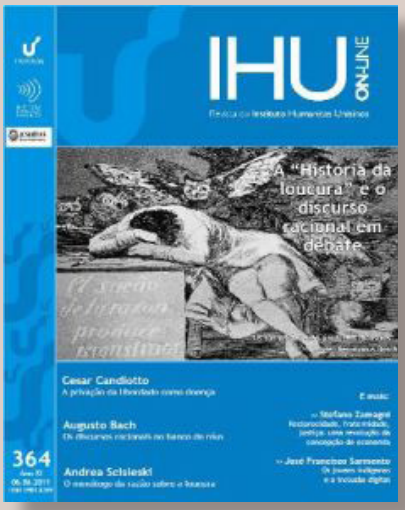
John M. Keynes: os princípios da economia keynesiana e a crise do capitalismo

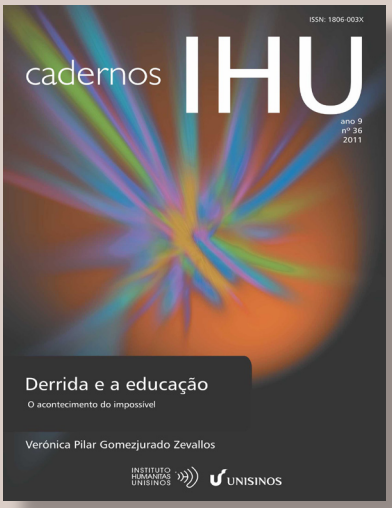
Prof. Dr. Fernando Ferrari Filho - UFRGS

Data: 10/10/2011

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU
Informações em www.ihu.unisinos.br

Confira as publicações do Instituto Humanitas Unisinos - IHU





Elas estão disponíveis na página eletrônica

www.ihu.unisinos.br

coluna do cepos

Tecnologias da Informação e a marginalização social

Por Paola Madeira Nazário*

O capital cognitivo de uma relevante parcela da sociedade brasileira está sendo enfraquecido. O motivo disso é que esses cidadãos não vêm recebendo capacitação necessária para fazer parte de um sistema cuja engrenagem funciona movida a "força-cérebro", onde as capacidades cognitivas e de apropriação do fluxo de informação, entre outras questões, são essenciais para a inserção de agentes sociais no mercado de trabalho.

Vamos refletir sobre uma hipótese supostamente presente no fenômeno de construção das sociedades contemporâneas, hipótese que pode ser especificada a partir do fato de o processo de avanço tecnológico, que inclui principalmente as novas tecnologias da informação e comunicação (NTICs), possuir uma relação direta com o aumento da marginalidade (de estar à margem) econômica, política, social e cultural de uma grande parcela da sociedade brasileira.

O que se tenta pensar aqui é a suposição de que a modernização das formas de comunicar, o advento da internet e a convergência digital, sinalizam a fragilidade de seu aspecto democratizante do qual estavam imbuídas, pelo menos quando representadas no discurso de Estados hegemonizados por versões do neoliberalismo.

A inovação tecnológica passou a gerar um crescimento de uma gama de cidadãos que podemos caracterizar como analfabetos tecnológicos, os quais não têm capacitação e compreensão necessárias para apropriação da informação disponibilizadas pelo mundo virtual. Dessa maneira estariam os cidadãos mais distantes do mercado de trabalho, tendo fragilizada a sua capacidade de perspectiva crítica e enfraquecimento do capital cognitivo.

Essa fatia da sociedade brasileira tem uma possibilidade, quase que irrestrita, ao acesso (acesso não é compreensão e apropriação) para o universo virtual. A falta de apropriação de informações ofertadas pelos mecanismos virtuais alimenta a potencialidade de essa parcela social caminhar rumo a um empobrecimento quanto ao empoderamento da função pública, conhecimento de mundo e função social ativa.

Podemos agora fazer o esforço de apontar caminhos que viabilizem a

* Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, é graduada em Publicidade Propaganda pela mesma instituição. Atualmente é coordenadora e docente do Curso de Especialização em Televisão e Convergência Digital, na Unisinos.

validação da hipótese aqui colocada, hipótese que permite ser sinalizada a partir do já constituído comportamento concentrado dos grandes veículos de comunicação de massa e da inexistência de políticas públicas para a aplicabilidade das tecnologias da informação no chão social. O uso da tecnologia pela sociedade vai além da possibilidade de acesso, necessita de políticas públicas e pesquisas acadêmicas que façam a interlocução entre os campos de conhecimento das áreas da comunicação e da educação no brasil.

Mais especificamente, podemos trazer dados que nos façam compreender que o mundo não é virtual para todos. Basta informar-se que quase 60% dos brasileiros não têm acesso a internet de banda larga em sua residência, que os índices do IBGE mostram que "nas classes A e B, 62% têm internet rápida na residência, enquanto que na classe C, 22% têm conexão, e nas classes D e E, somente 4% tem acesso em casa à rede mundial".[1]

A questão aqui levantada não se refere somente a dados estatísticos, mas sim ao fato – para aqueles que têm um convívio com estudantes do ensino médio e fundamental principalmente em escolas públicas – da precariedade funcional na utilização das NTICs por discentes e docentes.

> "Deve-se pensar em uma educação para a mídia, no sentido de contribuir para uma leitura crítica deste meio de comunicação"

Uma gama de mais de 80% dos estudantes acessa somente a internet para utilizar sítios de relacionamento (Orkut e MSN), jogos eletrônicos, ou fazer alguma pesquisa específica indicada pelo professor. Com este tipo de uso tal público fica à margem da apropriação dessa tecnologia como uma ferramenta que possibilita uma compreensão de mundo bem mais ampliada da que vem sendo adotada por professores e alunos. Nesse sentido, ações de capacitação para as pessoas envolvidas na educação pública é de responsabilidade do governo federal, o qual apresenta displicência na referida questão.

Outro tema fundamental para o processo crescente de marginalização social causada pelo crescimento e inovação das NTICs é, sem dúvida, o novo modelo misto de desenvolvimento tecnológico que associa dois tipos de procedimentos: o da própria ciência e o dos agentes econômicos, sendo cada vez mais representativa a demanda do mercado incidindo no processo de produção do conhecimento.

Produzir conhecimento reflexivo sobre esses temas é uma dinâmica cada vez menos incluída entre as prioridades da política científica e tecnológica. Basta identificar para onde é destinada a maior parte da verba de fomento a pesquisa no Brasil, que, como os dados nos afirmam, não está sendo destinada às ciências sociais.

Deve-se pensar em uma educação para a mídia, no sentido de contribuir para uma leitura crítica deste meio de comunicação, uma educação que seja capaz de ampliar a compreensão dos processos midiáticos (incentivo ao consumo, interesses de poder e ideológicos); e também deve-se passar a estruturar, organizar e reorganizar a percepção e a apropriação da realidade social por parte dos estudantes do ensino médio e fundamental.

Uma das maneiras de atingir esse objetivo seria partir da aplicabilidade de um método de ensino em alfabetização para conteúdos audiovisuais e usos das novas tecnologias, articulando os temas abordados nos diversos gêneros da programação televisiva com os temas dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PNC. Dessa maneira pode-se constituir uma ação fundamental para frear os aspectos levantados pela hipótese aqui colocada.

1 Acesso à internet no Brasil ainda é restrito aos mais ricos, *segunda-feira, 22 de agosto de 2011*. Disponível em: <http://www.tiinside.com.br/22/08/2011/acesso-a-internet-no-brasil-ainda-e-restrito-aos-mais-ricos/ti/237478/news.aspx>. Acesso em: 27 ago. 2011.

PROGRAMA **DIVERSIDADE**.
O FORMATO É DE TV. A DISTRIBUIÇÃO É VIA INTERNET.
E O CONTEÚDO É PARA FAZER PENSAR.
TODAS AS EDIÇÕES DISPONÍVEIS EM **WWW.GRUPOCEPOS.NET/CEPOSTV**.
COORDENAÇÃO: PROF. DR. VALÉRIO CRUZ BRITTOS | PROF. MS. ANDRES KALIKOSKE
DIVERSIDADE

Destaques On-Line

Essa editoria veicula entrevistas que foram destaques nas **Notícias do Dia** do sítio do IHU. Apresentamos um resumo delas, que podem ser conferidas, na íntegra, na data correspondente.

Entrevistas especiais feitas pela IHU On-Line e disponíveis nas Notícias do Dia do sítio do IHU (www.ihu.unisinos.br) de 26-09-2011 a 30-09-2011.

"Os estados do Tapajós e do Carajás vão favorecer a Amazônia como um todo"
Entrevista especial com Manuel José Sena Dutra, professor e jornalista
Confira nas Notícias do Dia de 27-09-2011
Acesse no link http://bit.ly/qKbb3x
Segundo avaliação do professor, "a mídia está, como sempre, sonorizando as vozes dos grupos de poder que a sustenta. Não há esclarecimento público sobre a questão da divisão do estado do Pará".

"O Brasil é uma referência no combate à pobreza"
Entrevista especial com Valeriano Mendes Ferreira da Costa, professor da Unicamp
Confira nas Notícias do Dia de 28-09-2011
Acesse no link http://bit.ly/orXJAr
Conforme afirma o professor, "programas do governo, se bem empregados, podem contribuir significativamente no combate à pobreza no país".

Um quarto da Amazônia sem proteção legal
Entrevista especial com Ennio Candotti e José Antonio de Aleixo da Silva, pesquisadores
Confira nas Notícias do Dia de 29-09-2011
Acesse no link http://bit.ly/qRwuAZ
Os pesquisadores da Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência – SBPC e da Academia Brasileira de Ciências – ABC afirmam que a ciência e a tecnologia disponíveis atualmente são fundamentais no processo de elaboração de um Código Florestal eficiente.

Frigoríficos. "O medo mantem os trabalhadores na produção"
Entrevista especial com Leandro Inácio Walter, psicólogo
Confira nas Notícias do Dia de 30-09-2011
Acesse no link http://bit.ly/nO2Ft0
O psicólogo constata que "ainda existe muito preconceito com relação às doenças mentais e às doenças ocupacionais do trabalho. Elas têm uma característica de invisibilidade".

Ciclo de Palestras: Economia de Baixo Carbono. Limites e Possibilidades

Por outro modo de consumir: descrição de algumas experiências alternativas
Prof. Dr. Serge Latouche - Professor de Economia na Universidade de Paris XI - Sceaux/Orsay

Horário: das 16h às 18h
Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

Data: 22/11/2011

Informações em www.ihu.unisinos.br

UNISINOS

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS

IHU ON-LINE

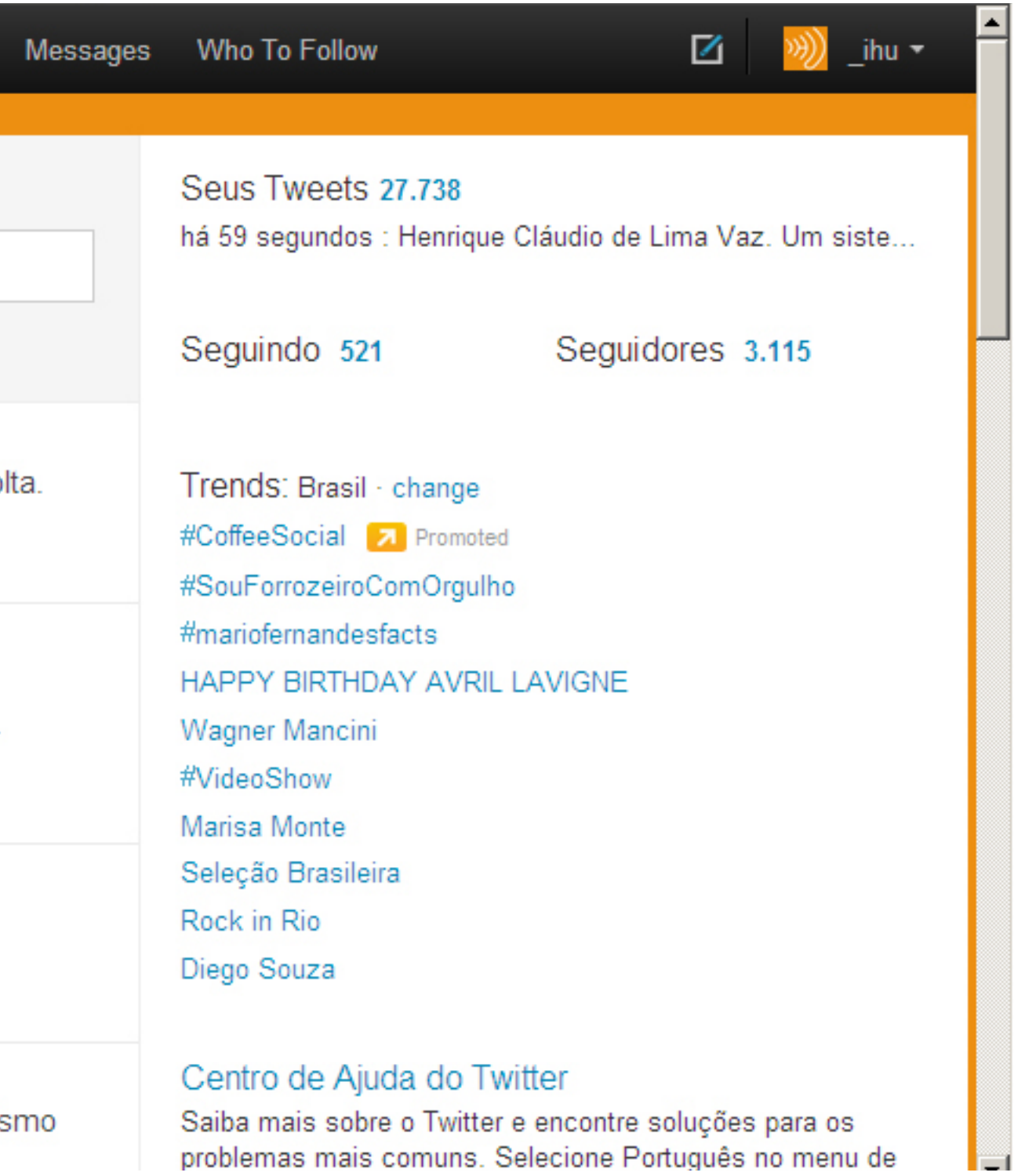
Revista do Instituto Humanitas Unisinos

C.

IHU em Revista

twitter
Buscar
Home
Profile
O que está acontecendo?
Histórico
@Menções
Retweets
Buscas
Listas
sakamori30 Ossami Sakamori
Quem seguir @SakaBrasil , sem diálogo, recebe following de vo
100% certo.
há 30 segundos
redebrasilatual Rede Brasil Atual
OIT: sem recuperação, países do G20 mantêm 200 milhões de
desempregados: Estudo conjunto com a OCDE destaca nece...
bit.ly/nk7mbL
há 40 segundos
Imazon Imazon
O Imazon atualiza semanalmente a tabela com os preços dos
Produtos Florestais Não Madeireiros. Confira em bit.ly/iuDZ6i
há 1 minuto
_ihu IHU
Henrique Cláudio de Lima Vaz. Um sistema em resposta ao niili
ético bit.ly/n7yQsu

http://twitt


Messages
Who To Follow
_ihu
Seus Tweets 27.738
há 59 segundos : Henrique Cláudio de Lima Vaz. Um siste...
Seguindo 521
Seguidores 3.115
Trends: Brasil · change
#CoffeeSocial
Promoted
#SouForrozeiroComOrgulho
#mariofernandesfacts
HAPPY BIRTHDAY AVRIL LAVIGNE
Wagner Mancini
#VideoShow
Marisa Monte
Seleção Brasileira
Rock in Rio
Diego Souza
Centro de Ajuda do Twitter
Saiba mais sobre o Twitter e encontre soluções para os problemas mais comuns. Selecione Português no menu de

er.com/_ihu

Agenda da Semana

Confira os eventos desta semana realizados pelo IHU.
A programação completa dos eventos pode ser conferida no sítio do IHU (www.ihu.unisinos.br).

Dia 03-10-2011
Evento: Giorgio Agamben: "O Homo Sacer I, II, III. A exceção jurídica e o governo da vida humana" Palestrante: Prof. Dr. Castor Bartolomé Ruiz - Unisinos Tema: A testemunha Horário: 14 às 17h Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU Maiores informações: http://bit.ly/qQ7NQp
Dia 06-10-2011
Evento: IHU ideias Palestrante: MS Marco Antônio Scapini - mestre em Ciências Criminais pela PUCRS e integrante do Instituto de Criminologia e Alteridade – ICA Tema: Nas fronteiras da lei: o abolicionismo de Louk Hulsman Horário: 17h30min às 19h Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU Maiores informações: http://bit.ly/q9VA4D
Dia 10-10-2011
Evento: Ciclo de Estudos: Repensando os Clássicos da Economia Palestrante: Prof. Dr. Fernando Ferrari Filho - UFRGS Tema: John M. Keynes: os princípios da economia keynesiana e a crise do capitalismo Horário: 20 às 22h Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU Maiores informações: http://bit.ly/ndTF3S

A Agenda de Pesquisa (Pós) Keynesiana e sua aplicação à crise financeira mundial

O Instituto Humanitas Unisinos – IHU está promovendo o **Ciclo de Estudos: Repensando os Clássicos da Economia**, que busca discutir as possibilidades e os limites de uma economia social e eticamente regulada e fomentar o debate de ideias a fim de se perceber uma possível contribuição para a solução de problemas do nosso tempo ou, no mínimo, procurar alertar para que não se repitam os mesmos erros.

O próximo autor a ser estudado no ciclo, no dia 10 de outubro, será John Maynard Keynes, a partir do tema "os princípios da economia keynesiana e a crise do capitalismo". Quem conduz o debate das 20h às 22h, na Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU, é o professor Dr. Fernando Ferrari Filho, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Mais informações podem ser obtidas em http://bit.ly/ndTF3S.

Adiantando detalhes do que trará em sua exposição, Fernando Ferrari Filho questiona: "Por que, na análise (pós) keynesiana, economias monetárias são inerentemente instáveis?" A ideia é mostrar que, conforme a teoria (pós) keynesiana, instabilidades e crises financeiras nas economias capitalistas ocorrem devido à relação entre incerteza, moeda e desemprego, alicerces da teoria monetária da produção, e à hipótese de fragilidade financeira.

O professor e economista falará sobre a globalização financeira e os aspectos comuns das crises. "Com o fim das regras de Bretton Woods (anos 1970) e as transformações financeiras das décadas de 1980 e 1990, a economia mundial passou a conviver com a lógica da 'financeirização' da riqueza", explica.

Ele abordará igualmente as crises do subprime e da zona do euro, mostrando suas origens, desdobramentos e lições. Para Ferrari Filho, crises financeiras, em geral, são decorrentes de "períodos prolongados de um estado estável que levam a economia a se mover para um estado instável, pois consumidores, firmas e sistema financeiro são agentes essencialmente 'especuladores' que, não percebendo o processo de erosão das margens de segurança, tomam decisões de alto risco".

A testemunha, um acontecimento

Esquecimento é a técnica usada pelos regimes repressores para ocultar a barbárie, acentua Castor Bartolomé Ruiz. Para isso narrativas legitimadoras das atrocidades convertem as vítimas em "terroristas", como no caso das ditaduras latino-americanas

Por Castor Bartolomé Ruiz

"A violência tem seu anverso naqueles que são suas vítimas. Toda violência pretende esconder as consequências de sua barbárie ocultando aqueles que violenta, as vítimas. A técnica mais eficiente para encobrir a barbárie da violência é o esquecimento. O esquecimento não só desconhece o fato violento mas também projeta um manto de inexistência sobre aqueles que foram vítimas da violência". A constatação é do filósofo espanhol Castor Bartolomé Ruiz, no artigo que escreveu especialmente à **IHU On-Line**. E completa: "Os fatos existem para a história quando são narrados. O que prevalece na história é a narrativa dos fatos. Toda narrativa é uma interpretação, uma significação do acontecimento. Poder narrar o fato é ter o poder de criar o sentido do fato". Castor fala ainda sobre o estatuto epistemológico da testemunha a respeito da verdade histórica. "Sua relação com o acontecimento da violência lhe confere uma potencialidade política singular. A testemunha retém a memória direta da barbárie; ela contém a possibilidade de desarmar o pretenso naturalismo da biopolítica".

Professor dos cursos de graduação e pós-graduação em filosofia da Unisinos, Castor Bartolomé Ruiz é graduado no curso de Filosofia, pela Universidade de Comillas, na Espanha, mestre em História, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e doutor em Filosofia, pela Universidade de Deusto, Espanha. É pós-doutor pelo Conselho Superior de Investigações Científicas. Escreveu inúmeras obras, das quais destacamos: *As encruzilhadas do humanismo. A subjetividade e alteridade ante os dilemas do poder ético* (Petrópolis: Vozes, 2006); *Propiedad o alteridad, un dilema de los derechos humanos* (Bilbao: Universidad de Deusto, 2006); *Os labirintos do poder. O poder (do) simbólico e os modos de subjetivação* (Porto Alegre: Escritos, 2004) e *Os paradoxos do imaginário* (São Leopoldo: Unisinos, 2003). Leia, ainda, o livro eletrônico do XI Simpósio Internacional IHU: o (des) governo biopolítico da vida humana, no qual Castor contribui com o artigo *A exceção jurídica na biopolítica moderna*, disponível em http://bit.ly/a88wnF. Confira o artigo.

A violência tem seu anverso naqueles que são suas vítimas. Toda violência pretende esconder as consequências de sua barbárie ocultando aqueles que violenta, as vítimas. A técnica mais eficiente para encobrir a barbárie da violência é o esquecimento. O esquecimento não só desconhece o fato violento mas também projeta um manto de inexistência sobre aqueles que foram vítimas da violência. O encobrimento da barbárie requer estratégias de esquecimento. Através delas se garante a impunidade dos violadores, mas também se naturaliza a violência. A violência ocultada se perpetua como um comportamento natural da sociedade e dos indivíduos. O esquecimento garante a impunidade e consolida a perpetuação da violência.

As estratégias de esquecimento se tornam políticas de ocultação nos Estados e instituições autoritárias que querem esconder sua barbárie. Quase todos os Estados latino-americanos viveram a barbárie dos estados de exceção durante a segunda metade do século XX. Os fatos existem para a história quando são narrados. O que prevalece na história é a narrativa dos fatos. Toda narrativa é uma interpretação, uma significação do acontecimento. Poder narrar o fato é ter o poder de criar o sentido do fato. O poder de criar as narrativas sobre a violência e a barbárie se torna uma outra luta política em que o simbolismo da narrativa se constrói como acontecimento. Os regimes autoritários investiram em narrativas legitimadoras do estado de exceção e da violência cometida. Nessas narrativas as vítimas da violência são objetivadas como terroristas que ameaçavam a sociedade e cuja eliminação é um bem público. Em sua morte, desaparecimento e tortura vigora a lógica biopolítica que controla e aniquila as vidas perigosas para preservar a ordem.

O Estado brasileiro confronta-se com este dilema histórico: esquecer a barbárie do estado de exceção ou fazer memória do acontecido. O esquecimento da violência impele a sua repetição mimética. Os recentes episódios, infelizmente muito mais habituais do que

qualquer um desejaria, envolvendo altas patentes da polícia militar do Rio de Janeiro no assassinado da juíza Patrícia Acioli[1], mostram que o esquecimento da violência estrutural só contribui para a sua perpetuação institucional. Os relatos cotidianos de torturas e maus tratos nas delegacias de polícias, a realidade das milícias agindo como paramilitares e vinculados a uma banda podre dos corpos de seguridade do Estado, o ensinamento extraoficial, mas comprovado, das técnicas de tortura como meios eficientes de interrogatório, as abordagens violentas e truculentas por agentes do Estado como algo corriqueiro de nossa sociedade: todos estes indícios apontam para o fato de que a violência não é algo casual nem pontual na estrutura do Estado brasileiro. Há uma naturalização da violência em muitos corpos e agentes do Estado, inclusive em muitos hábitos sociais. O esquecimento da violência estimula sua reprodução mimética como tática de polícia e governo das populações.

Violência estrutural

Como neutralizar a violência estrutural e Estatal? Esta é uma difícil tarefa conjuntural e histórica para a qual talvez a filosofia de Giorgio Agamben possa contribuir com alguns elementos que ajudem a elucidar caminhos de desconstrução e desarme da violência histórica. Agamben inicia sua obra *O que resta de Auschwitz, o arquivo e a testemunha* (São Paulo: Boitempo, 2008), com uma reflexão sobre a testemunha. Mais especificamente relacionada com os campos de extermínio nazistas. O estado de exceção, como técnica biopolítica que tem por objetivo o controle absoluto da vida humana perigosa, é uma forma de violência estrutural em que a vida humana se encontra sob o arbítrio de uma vontade soberana. A violência biopolítica aspira a replicar-se mimeticamente por efeito do esquecimento e ocultação de sua barbárie. Oculta-se pelo esquecimento, esquece-se ocultando.

No anverso da violência biopolítica encontram-se suas vítimas. Essas (des) aparecem invisíveis nas estratégias de ocultação e esquecimento. As estratégias de invisibilidade comentem uma segunda injustiça contra as vítimas, as apagam da história. Elas foram injustiçadas uma primeira vez quando sofreram a violência do Estado. Agora, pelas políticas de esquecimento, pretende-se cometer uma segunda injustiça, anulando-se seus rostos da história. No anverso do esquecimento da barbárie resiste a testemunha.

"O encobrimento da barbárie requer estratégias de esquecimento. Através delas se garante a impunidade dos violadores, mas também se naturaliza a violência"

A testemunha tem um estatuto epistemológico próprio a respeito da verdade histórica. Sua relação com o acontecimento da violência lhe confere uma potencialidade política singular. A testemunha retém a memória direta da barbárie; ela contém a possibilidade de desarmar o pretenso naturalismo da biopolítica. Sua experiência direta do sofrimento outorga-lhe uma perspectiva histórica que lhe permite narrar em primeira pessoa as consequências perversas da violência.

No latim há dois termos para a experiência da testemunha: *testis, supertestis. Testis,* do qual deriva o termo testemunha, significa etimologicamente aquele que se coloca no lugar do terceiro, que no latim é *terstis*. O termo *supertestis* indica a pessoa que viveu em si mesma o evento do qual é testemunha. O *supertestis* é a testemunha implicada no acontecimento. Agamben lembra o testemunho de Levi a respeito dos campos de extermínio nazista. Levi é o tipo de testemunha que se conecta com todos aqueles que sofreram a repressão, violência e tortura em si mesmos. Esta testemunha não fala de fatos externos; ela não está distante do fato nem a distância é prova de objetividade do testemunho. Seu testemunho é singular, único, porque não tem distância da violência: ele é produto da violência. Ela se torna testemunha enquanto condição produzida pela violência. Pode testemunhar porque foi violentada. A violência a empurrou a tal condição e lhe conferiu uma relação singular com o próprio fato violento. Só a testemunha violentada poderá dar um testemunho desde essa posição. Seu testemunho de vítima é absolutamente singular porque ela fala a partir de dentro da violência. Ela revela o lado perverso que lhe atingiu e lhe tornou testemunha por ser vítima violentada.

A testemunha violentada fala a partir de dentro do acontecimento. Por isso sua fala é um acontecimento. A testemunha externa (*testis*) narra fatos acontecidos fora de si como espetáculo objetivo ao que assistiu. Seu testemunho exibe a objetividade da distância como prova de seu testemunho. Ela se distancia para ser objetiva, e a objetividade distante é aferida pelo Direito como um elemento comprovante da verdade de seu testemunho. Este testemunho tem o estatuto da objetividade empírica e se regula pela epistemologia da empiria. Qualquer um pode ser testemunha de um fato externo. Seu testemunho só reconstrói a exterioridade do acontecimento pela comprovação empírica dos fatos.

A testemunha direta (*supertestis*) tem um outro estatuto epistemológico. Ela não narra a objetividade da distância, mas a interioridade do acontecimento. Seu testemunho não tem o valor objetivo dos fatos empíricos, mas a potência histórica da significação desses fatos. Ela é testemunha, vítima da violência. Os testemunhos das vítimas não se limitam a narrar o acontecido de forma abstrata. Sua narrativa está carregada de significação ao ponto de se tornar um prolongamento do fato acontecido. O acontecimento da violência não se apaga no fato passado: ele repercute na vida dos que foram suas vítimas. Há uma relação diacrônica entre violência e vítimas. O tempo não apaga a violência, que vigora nas sequelas da vida das vítimas. Essa relação diacrônica correlaciona o testemunho das vítimas com o acontecimento de modo que seu testemunho

1 **Patricia Acioli** (1964-2011): juíza brasileira. Como juíza, reprimia o crime organizado e, principalmente, policiais corruptos. Morreu assassinada em 2011, sob suspeita de ter sido morta por policiais corruptos que estavam sendo por ela julgados. (Nota da **IHU On-Line**)

é parte constitutiva do acontecimento violento. Sua narrativa se torna um novo acontecimento que se conecta por dentro da violência acontecida de modo a criar o sentido que ela teve para aqueles que a sofreram. A testemunha, em si mesma e nessa condição, é um acontecimento cuja rememoração presentifica a barbárie passada. Quando é negada a possibilidade de ser da testemunha, a violência impõe seu sentido mais brutal: se legitima como natural. Ao se apagar a possibilidade de a testemunha criar sua narrativa, a violência se legitima como ato necessário e estão dadas as condições para continuar sua reprodução mimética.

A testemunha narra o sentido do acontecimento, a barbárie da violência. A testemunha tem uma relação única com a violência. Tal peculiaridade lhe confere um estatuto de verdade específico pelo qual seu testemunho se torna um acontecimento que resignifica o sentido do acontecimento passado. A verdade da testemunha não se limita ao registro da empiria dos fatos, mas revela a significação inerente a esses fatos. Tal significação também é singular porque não se pauta pela distância objetiva de um observador nem pelo método distante de um historiador. A significação do testemunho das vítimas se transforma num acontecimento próprio na medida em que revela sua própria experiência do fato acontecido. A narrativa da vítima se funde com a sua experiência como testemunha do acontecimento originando um novo acontecimento: o testemunho.

Acontecer presente

Os testemunhos das vítimas revelam o lado oculto da violência que só elas poderiam narrar dessa forma. Sua narrativa é um acontecimento que desvela o sentido da barbárie sofrida. A verdade do testemunho das vítimas tem um estatuto epistemológico próprio. Ela excede a empiria dos fatos para desvelar o sentido oculto pela mera empiria. Ela traz para a história a memória. Seu testemunho é memória significante do acontecimento. Ao testemunhar retira o acontecimento do esquecimento colocando-o na história. O testemunho da violência constrói a memória histórica fazendo aparecer como verdade aquilo que o esquecimento tenta ocultar. A testemunha é história, seu testemunho é acontecimento porque ela constitui o acontecer ao narrar o acontecido. Sua narrativa se constitui como memória que resgata da história o acontecimento passado transformando-o num acontecer presente.

> **"A violência ocultada se perpetua como um comportamento natural da sociedade e dos indivíduos. O esquecimento garante a impunidade e consolida a perpetuação da violência"**

Seu testemunho torna-se um ato de justiça histórica. Poder testemunhar o acontecimento da barbárie traz à luz do presente a injustiça sofrida pelas vítimas da violência. A rememoração da injustiça sofrida é o primeiro ato de justiça. O seu testemunho se torna o primeiro acontecimento de justiça histórica que servirá de suporte para a consecução de outras formas de justiça às vítimas: justiça de transição, reparação, etc.

Agamben assinala que o testemunho da vítima, diferentemente do testemunho do observador, excede o processo. O processo requer a objetividade do *testis*; o testemunho direto da vítima, *supertestis*, narra esse lado oculto, cinzento, em que se trava a luta política pelo significado simbólico político dos acontecimentos. Ainda que o devido processo tem que ser realizado para que a justiça histórica possa vingar, nem o processo nem direito esgotam o sentido do testemunho da vítima. Há uma consistência no testemunho da vítima que o torna um acontecimento irredutível ao direito, ou seja, ao mero testemunho procedimental como peça de um processo. Cada sobrevivente e vítima da barbárie se constituem em testemunhas cuja narrativa excede qualquer questão de direito.

Ainda cabe uma distinção importante entre os termos *supertestis* e o termo grego *martis*, que significa testemunha. Foram denominados mártires os cristãos que nos primeiros séculos sofreram a perseguição do império por causa de sua fé e se mantiveram firmes nas torturas e até na morte. O mártir era uma testemunha de sua fé e dava testemunho dela confessando-a ante as autoridades do império, mesmo sob tortura e morte. O martírio é um tipo de testemunha que envolve dois momentos: num primeiro a testemunha é presa e levada para os porões e cadeias sem opção. Num segundo e como estratégia política para desmoralizar o novo grupo social do império, oferece-se ao cristão a liberdade de renunciar publicamente a sua fé. Se aceitar fica livre sem nenhum tipo de dano, mas ela não é testemunha porque se negou a testemunhar. Como é sabido, este dilema provocou intensos debates entre os cristãos com posições diversas. Sabia-se que, se não houvesse testemunhas, mártires, as comunidades cristãs perderiam toda a credibilidade, que era o objetivo primeiro. Mas muitos cristãos questionavam sobre se deixar-se matar era algo aceitável por Deus, se não seria muito mais evangélico preservar a própria vida. Independentemente desses debates, o que se colocou em questão é o sentido de testemunhar e o valor do testemunho.

Há uma diferença importante entre o mártir e o *supertestis*. O mártir tem uma opção que as testemunhas do estado de exceção não tiveram. Os torturados, mortos e desaparecidos pelos regimes autoritários sofreram a violência sem opção. Foram tornados testemunhas sem liberdade para não ser. Seu "serem testemunhas" é inerente a serem vítimas da violência. Embora existam alguns casos pontuais em que se oferecia a possibilidade de livrar-se da tortura caso delatassem seus colegas, esses são exceções e ainda cada caso envolve uma triste história de vida.

A pesar dessa importante diferença também há dois pontos de similaridade entre o mártir e o *supertestis*. O primeiro diz respeito à etimologia do termo grego, *mártir,* que deriva de um verbo que significa recordar, fazer memória. Tal raiz se conecta com o objetivo primeiro da testemunha e

do mártir que é sua vocação de fazer memória. Ele tem a vocação da memória. Sua condição singular que lhe situou no interior da violência lhe confere uma perspectiva única para fazer memória do acontecido.

Há um segundo elemento que aproxima as duas experiências de testemunho. O debate interno dos primeiros cristãos a respeito da pertinência ou não de dar testemunho e, como consequência, tornar-se mártir remete ao absurdo de se ter que encontrar razões e argumentos para justificar uma morte insensata, o martírio. A morte dos inocentes, que se tornaram culpados porque serem vidas que ameaçavam o império, era um escândalo. O escândalo do absurdo de uma carnificina sem outro motivo que prevenir a segurança do império. A doutrina sobre o martírio surgiu para tentar compreender o sentido da morte dos inocentes e ainda para legitimar seu testemunho. De igual forma, destaca Agamben, o testemunho dos campos de extermínio nazistas exige uma constante justificação de sua existência. Parece que não mais seria necessário testemunhar. Que os dados empíricos são suficientes e eloquentes por si mesmos. Contudo, o absurdo das violências cometidas nos estados de exceção latino-americanos ou nos campos nazistas obriga a resgatar o testemunho como recurso narrativo que expõe o sem sentido da barbárie na dor das vítimas.

Há algo de indizível no próprio testemunho da vítima. Mesmo com a utilização de todos os recursos narrativos, nunca poderá dizer plenamente a sofrimento da violência. A narrativa da tortura não explica nem esgota todos os significados que a tortura provocou nas testemunhas. A zona de indizibilidade da violência é a mais dolorosa, aquela que a testemunha tem que sofrer sem poder expor porque a linguagem é insuficiente para tornar-se um pleno acontecimento. A testemunha expõe o lado oculto e perverso da violência, mas se torna impotente para dizer o todo da violência. Por isso seu testemunho é um acontecimento perene. Sua condição de testemunha e vítima desvela no seu ser aquilo que fica oculto pela impossibilidade da linguagem.

O direito contamina o estatuto ético da testemunha

Agamben chama atenção para o fato de que quase todas as categorias que utilizamos para pensar a dimensão ética e até teológica estão contaminadas pelo direito: culpa, responsabilidade, inocência, julgamento, absolvição... A marca do direito conduz estas dimensões da testemunha e da violência para uma armadilha, muitas vezes pouco percebida. Agamben sustenta que, por princípio, o direito não pretende o estabelecimento da justiça, nem sequer o da verdade. O que o direito pretende é estabelecer o julgamento. O direito existe por e para que se realize o processo e o julgamento. Tal tese se demonstra precisamente pela figura *da força da coisa julgada,* inerente ao direito. O julgamento encerra a possibilidade da justiça e da verdade. Ainda que depois do julgamento se comprove a injustiça cometida, *a força da coisa julgada* impede que se julgue outra vez. O direito produz a *res judicata* cuja sentença pretende substituir o justo e a verdade.

Estes são os limites do direito que cercam como sombra a compreensão da ética e também da condição singular da testemunha direta da violência. Uma das consequências da natureza autorreferencial do julgamento, segundo Agamben, é que a consequência principal do julgamento não é a pena, já que o próprio julgamento é a pena. No processo todos sofrem a pena do processo. Só quem conseguir ficar fora de qualquer processo ao longo da vida se tornará realmente inocente. Não é absolvição que outorga a inocência, mas a possibilidade de escapar ao processo.

Contudo, Agamben questiona a confusão que dilui a responsabilidade jurídica que um ato de violência e barbárie requer com o conceito de responsabilidade ética. A barbárie cometida nos estados de exceção contra milhares de pessoas desprotegidas não pode ser reduzida à mera culpa moral nem à fatalidade teológica. Não se pode esconder a responsabilidade por tamanha violência na forma de responsabilidade moral dos verdugos. Agamben, contra Hans Jonas e inclusive contra Levinas, reivindica que a responsabilidade é, desde a perspectiva genealógica, de origem jurídica e não ética ou teológica. O termo responsabilidade deriva do termo latino *spondeo*, que tinha uma significação jurídica pela qual alguém era fiador (responsável) por outro. Os esponsais era o rito em que o pai oferecia garantia do matrimônio da filha (*sponsa*) ou em seu lugar a reparação, caso não acontecesse os esponsais.

Agamben destaca que a genealogia histórica da responsabilidade nos remete ao âmbito da *obligatio* jurídica e não da magnanimidade ética. Daí deriva que a responsabilidade (jurídica) estava vinculada à culpa. Ou seja, o sujeito responsável era imputável pela *obligatio* contraída. Esta relação se estabeleceu originariamente no âmbito do direito e só posteriormente foi transferida para outros âmbitos: ética, teologia. Não há nada de nobre nos nazistas, como o caso de Eichmann, que assumiram para si a responsabilidade moral dos atos ante Deus, mas não reconheciam a sua imputabilidade jurídica porque executavam ordens superiores. Muitos torturadores latino-americanos invocaram a lei da devida obediência para eximirem-se da responsabilidade jurídica dos fatos. O argumento de que a lei de anistia do Brasil retirou qualquer responsabilidade pelos atos de tortura, mortes e desparecimentos de pessoas pretende relegar, em última instância, a um julgamento moral da barbárie.

Leia Mais...

Castor Bartolomé Ruiz já concedeu outras entrevistas e escreveu artigos à **IHU On-Line**. Os quatro primeiros da lista a seguir fazem parte da série especial sobre Agamben:

* A exceção jurídica e a vida humana. Cruzamentos e rupturas entre C. Schmitt e W. Benjamin. Revista **IHU On-Line**, edição 374, de 26-09-2011, disponível em http://bit.ly/pDpE2N
* O estado de exceção como paradigma de governo. Revista **IHU On-Line**, edição 373, de 12-09-2011, disponível em http://bit.ly/nsUUpX
* O campo como paradigma biopolítico moderno. Revista **IHU On-Line**, edição 372, de 05-09-2011, disponível em http://bit.ly/nPTZz3
* Homo sacer. O poder soberano e a vida nua. Revista **IHU On-Line**, edição 371, de 29-08-2011, disponível em http://bit.ly/naBMm8

Abolicionismo, vida e tempo

Marco Antonio Scapini defende que o abolicionista exige radicalmente a mudança, o novo, o respeito à diferença, à multiplicidade em todos os sentidos

Por Graziela Wolfart

O abolicionismo nos dias de hoje, é tema que estará em debate no **Instituto Humanitas Unisinos – IHU** na próxima quinta-feira, 06-10-2011, no evento IHU ideias, Marco Antonio Scapini, que é mestre em Ciências Criminais pela PUCRS e integrante do Instituto de Criminologia e Alteridade – ICA. O tema da conferência é "Nas fronteiras da lei: o abolicionismo de Louk Hulsman". Ela será proferida e debatida das 17h30min às 19h, na Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU.

Marco Scapini concedeu a entrevista a seguir, por e-mail, onde explica que "o abolicionismo (...) emerge justamente de uma repulsa frente à injustiça em todos os sentidos possíveis e imagináveis". Dessa maneira, continua ele, é a "indignação contra toda e qualquer forma de injustiça o fio condutor de toda prática abolicionista, daí porque podemos dizer que o principal debate abolicionista é a vida". E define: "o abolicionismo é uma escolha, uma indignação que se dá na prática contra toda e qualquer forma de violência".

Marco Antonio de Abreu Scapini é graduado em Ciências Jurídicas e Sociais, especialista em Ciências Penais e mestre em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Confira a entrevista.

IHU On-Line – Que questões envolvem o debate sobre o abolicionismo hoje?

Marco Antonio de Abreu Scapini – É muito interessante a forma como colocaste a pergunta, direcionando para a atualidade do debate sobre o abolicionismo na atualidade. Além disso, também é pontual a ausência da palavra (penal) após abolicionismo na pergunta. Pontual na medida em que o abolicionismo – talvez pudéssemos escrever com A maiúsculo – não se limita a questões penais, apesar de muito dos seus temas envolverem diretamente ou não coisas referentes à lei. Em linhas gerais, podemos dizer que as questões atuais do abolicionismo permanecem praticamente as mesmas das que motivaram esse movimento, ou como diz Edson Passetti: "um discurso estratégico composto de forças libertadoras e libertadoras das práticas punitivas modernas". A partir deste pequeno fragmento, podemos dizer que o abolicionismo, seja o que esta palavra signifique, emerge justamente de uma repulsa frente à injustiça em todos os sentidos possíveis e imagináveis. Desta maneira, é a indignação contra toda e qualquer forma de injustiça o fio condutor de toda prática abolicionista. Daí porque podemos dizer que o principal debate abolicionista é a vida. O resgate e a exigência desta dimensão vital, que jamais pode ser esquecida em qualquer debate ou construção acadêmica, parecem-me ser o que há de mais central em todo debate abolicionista. Não por outra razão busca-se a libertação das práticas punitivas modernas que, evidentemente, não pode ser entendida apenas como libertação da estrutura penal moderna. Mas esta é apenas uma das questões em debate. Ou seja, queremos dizer que o abolicionismo enfrenta questões fundamentais da cultura, da política, da ética, em todos os níveis da estrutura social, criada como se já fosse dada, pronta, estabelecida ou natural, se quisermos utilizar essa palavra. Nesse sentido, podemos dizer que o tempo também é ponto central e fundamental no debate e na prática abolicionista. Isto porque o abolicionista, se algo como tal existir, exige radicalmente a mudança, o novo, o respeito à diferença, à multiplicidade em todos os sentidos. A partir dessas duas dimensões, vida e tempo, é que se abre o debate do abolicionismo, enfrentando, aí sim, com maior ou menor ênfase as camadas textuais das questões referentes à linguagem, à violência, à democracia, ao ensino, ao sistema judicial, à punição, ao crime, ao criminoso e às instituições em linhas gerais. Por fim, podemos dizer que por este breve esboço, provavelmente injusto com o abolicionismo, trata-se de ponta a ponta um direcionamento à justiça, nos termos de Jacques Derrida[1].

IHU On-Line – O que podemos enten-

1 **Jacques Derrida** (1930-2004): filósofo francês, criador do método chamado desconstrução. Seu trabalho é associado, com freqüência, ao pós-estruturalismo e ao pós-modernismo. Entre as principais influências de Derrida encontram-se Sigmund Freud e Martin Heidegger. Entre sua extensa produção, figuram os livros Gramatologia (São Paulo: Perspectiva, 1973), A farmácia de Platão (São Paulo: Iluminuras, 1994), O animal que logo sou (São Paulo: UNESP, 2002), Papel-máquina (São Paulo: Estação Liberdade, 2004) e Força de lei (São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007). Dedicamos a Derrida a editoria Memória da IHU On-Line edição 119, de 18-10-2004, disponível para download em http://migre.me/s8bA. (Nota da **IHU On-Line**)

der por abolicionismo penal?

Marco Antonio de Abreu Scapini – Toda a resposta anterior está diretamente relacionada a esta pergunta. Não temos como demarcar um limite para o abolicionismo (penal). Esta é para mim a grande possibilidade da própria crítica do abolicionismo, ou seja, justamente transbordar o limite, ir além, querer o impossível. A transgressão do limite é a chance para o novo, para a vida como já dissemos acima. Gostaria de pontuar uma questão que para mim é das mais relevantes; o que não podemos entender por abolicionismo penal. Por isso o abolicionismo exige de nós uma leitura cautelosa, paciente e aberta a novos caminhos. E justamente por tocar em questões fundamentais da vida, o abolicionismo pode ser perigoso demais no melhor dos sentidos, é claro. E, sabemos bem, tudo o que é "perigoso", que propõe e exige uma mudança radical das estruturas das instituições sociais, pode fazer aparecer inimigos-fantasmas, pretendendo neutralizar o que de mais potencialmente rico pode ter o abolicionismo. Por isso queremos dizer que não podemos cair em erro e pensar o abolicionismo como um delírio ou como uma utopia no pior sentido desta palavra. A utopia é justamente o "ainda não" de que nos falou Ernst Bloch[2], o que nos faz andar para o novo. Não podemos ainda cair no erro da fetichização do abolicionismo ou afirmá-lo como algo irracionalista. Não faltam exemplos deste tipo de prática que pretende justamente neutralizar o potencial de críticas realmente radicais.

Todavia, para não parecer distante da pergunta, entendo o abolicionismo como uma prática desconstrucionista das instituições, uma prática-limite que coloca em xeque a legitimação do poder, a aplicabilidade da lei, ou da força de lei, se quisermos citar indiretamente Jacques Derrida. O que justifica a aplicação do Direito? Haveria algo anterior capaz de justificá-lo? Para mim estas são questões importantes e fundamentais à prática do abolicionismo penal, questões que remetem à origem da lei, da violência, mas que nos farão chegar à ponta do iceberg, como o grande encarceramento, por exemplo.

"Para a abolição do sistema penal, é necessário a conversão coletiva, caso contrário, o abolicionista viverá a angústia de sua solidão"

É evidente que a minha resposta poderia parecer insuficiente para alguém que desejasse uma afirmativa direta do que é o abolicionismo penal. Mas é justamente por não poder dizê-lo que não o faço. O abolicionismo, à maneira como o penso, não se presentifica numa presença. Está sempre por vir, sempre em realização, jamais poderá ser lido como uma teorização pronta e acabada. Nesse sentido, o abolicionismo é como uma aporia, um não-caminho. Além disso, gostaria de terminar dizendo que o abolicionismo é uma escolha, uma indignação que se dá na prática contra toda e qualquer forma de violência.

IHU On-Line – Em que consiste a ideia abolicionista de Louk Hulsman?

Marco Antonio de Abreu Scapini – Louck Hulsman foi realmente extraordinário, um ser humano que deve ser admirado. E sua obra consiste justamente numa espécie de convite à humanidade, no melhor dos sentidos. Respondo à indagação a partir de sua obra *Penas perdidas – o sistema penal em questão*; o que certamente limita as minhas possibilidades de análise. Em linhas gerais, teve diversas e ricas experiências em tribunais, no Ministério da Justiça e na docência acadêmica como professor. Da experiência jurídica, vamos dizer assim, viu de perto as práticas burocráticas das instituições e a maneira pela qual se produziam e se aplicavam as leis, percebendo que, em verdade, nada funciona conforme os modelos propostos e que o sistema penal jamais funciona como pretendem legitimar seus princípios. A aproximação com as ciências sociais o fez ter mais claro a importância do vivido; também o fez perceber uma lógica própria do funcionamento da instituição jurídica, funcionando apesar da vida. Não faz vilões, ao descrever experiências pelas quais passou; refere que em julgamentos do sistema penal o acusado não consegue falar e, tampouco, o juiz ou policial, que, mesmo querendo escutá-lo, não são capazes de fazê-lo. Aponta para a desumanidade desta relação instituída. Percebeu ainda que, por vezes, reformas bem intencionadas para diminuir ou pôr fim às injustiças acabam por voltar contra o próprio projeto, reafirmando a violência, a repressão, ou seja, acabam neutralizados pelo sistema. Por estas e outras razões, propõe práticas desinstitucionalizantes e descentralizadoras da máquina institucional. Para Hulsman, a única maneira de deter a doença institucionalizante, fazendo retomar a dimensão do relacionamento social é pela perspectiva abolicionista. A partir de pontos-chave para a construção da prática abolicionista formula sua crítica à instituição, retomando e problematizando questões que se direcionam à solidariedade e à igualdade. Em outras palavras, exige um salto mortal, como ele mesmo diz, em relação à compreensão da realidade e, nesse sentido, a conversão da prática decorrente deste salto. Segundo Hulsman, o abolicionismo pode se dar em dois níveis: pessoal e coletivo. Para a abolição do sistema penal, é necessário a conversão coletiva, caso contrário, o abolicionista viverá a angústia de sua solidão.

O abolicionismo de Hulsman consiste em uma crítica radical às representações das instituições, ao maniqueísmo que se dá dividindo as pessoas entre os bons e os maus, à burocracia no funcionamento das instituições. "Ninguém dirige a máquina penal" diz Hulsman, mas ela está aí funcionando a todo vapor. É, deste modo, que Hulsman, com uma delicadeza e pontualidade incríveis, expõe os horrores do sistema penal. Para o autor que estamos falando, este sistema fabrica seus criminosos; a cifra-negra de sua operacionalidade aponta o quanto é des-

2 **Ernst Bloch** (1885-1977): filósofo alemão marxista heterodoxo, que construiu vasta obra que ressalta o papel da utopia na história do homem. Seu livro O Princípio Esperança (Rio de Janeiro: Contraponto, 2005), foi destacado na editoria Livro da Semana da 151ª edição da revista IHU On-Line, de 15-08-2005, com a realização de duas entrevistas sobre a obra: uma com o tradutor do livro, Nélio Schneider, e outra com o professor da UFRGS, Edson Sousa. (Nota da **IHU On-Line**)

prezível a atuação do sistema. Assim, a abolição do sistema penal é um imperativo; não há discurso capaz de legitimá-lo; tudo que prometeu resolver jamais cumpriu. Aliás, prometeu resolver o que ele mesmo criou. Na perspectiva de Hulsman, "abolir o sistema penal significa dar vida às comunidades, às instituições e aos homens". Evidentemente, a proposta de Hulsman possui uma riqueza inesgotável para análise crítica da sociedade de uma maneira geral. O que tentamos fazer é esboçar alguns pontos específicos para a resposta desta questão. Certamente muitos estudos ainda virão e Hulsman permanecerá vivo entre nós.

IHU On-Line – O abolicionismo pode ser considerado como uma solução viável para a redução da criminalidade?

Marco Antonio de Abreu Scapini – Como vimos, a criminalidade é uma criação legal: existe a partir de um critério jurídico quando há a criminalização de condutas, produzindo, portanto, o sistema penal seus culpados. O abolicionismo é radical em sua proposta, exige uma nova leitura da realidade, o que fará com que, talvez, sequer pudéssemos falar em crime, criminoso, criminalidade, etc. Estamos instituídos numa linguagem carregada de um potencial estigmatizante muito violento. Entre outras coisas, o abolicionismo se opõe a isso também. Necessitamos de uma compreensão de mundo diferida da que temos. Por isso a importância da desinstitucionalização. Não por outra razão podemos ler em alguns abolicionistas a nomenclatura "situação-problema" para aquilo que, em princípio, entenderíamos crime. Este é um ponto bastante delicado que mereceria maior atenção, mas neste momento, o que podemos dizer é que é tarefa extremamente difícil este exercício ou prática. Significa se abrir em direção a um outro mundo. De todo modo, com auxílio de textos abolicionistas algumas práticas têm aparecido com bastante enfrentamento desta questão, como os ciclos de Justiça Restaurativa, por exemplo. O cuidado que se deve ter é aquele que Hulsman nos disse, não fazer o sistema neutralizar o projeto. Nesse sentido, o abolicionismo, por seu potencial crítico, pode contribuir e muito para a redução da violência, mas sempre exigirá uma radicalidade no tratamento da questão. Em relação à viabilidade das propostas e práticas abolicionistas, isto dependerá do quanto estamos dispostos a nos abrir para a vida, desinstitucionalizando-se desta máquina penal.

IHU On-Line – Como você analisa o sistema prisional no Brasil, de forma geral?

Marco Antonio de Abreu Scapini – Vejo de forma absolutamente cruel com as vidas depositadas nestes estabelecimentos. No meu entender, não há nada que justifique ou legitime tamanha crueldade. E a tendência é ficar cada vez pior, cada vez mais presos, cada vez mais mortes, cada vez mais o encarceramento da miséria. Mas ao meu modo de enfrentar a questão da punição, o presídio é a ponta do iceberg como já dissemos aqui. Existem razões que sustentam esta prática punitiva, e o problema deve ser enfrentado desde esse ponto. Defender o desencarceramento é tarefa extremamente difícil, mas um imperativo ético no meu modo de ver. Nesse sentido, esse problema envolve todas as questões de que falamos até o momento. O que há é um genocídio diário, como disse certa vez Zaffaroni[3].

3 **Eugênio Raul Zaffaroni**: ministro da Suprema Corte Argentina. Ainda, é professor titular e diretor do Departamento de Direito Penal e Criminologia na Universidade de Buenos Aires, doutor honoris causa da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e vice-presidente da Associação Internacional de Direito Penal. (Nota da **IHU On-Line**)

Saiba mais sobre Louk Hulsman:

O criminólogo holandês Louk Hulsman, professor emérito da Universidade de Roterdã (Holanda), é um crítico do sistema penal. Radical para uns, delirante e romântico para outros, ele nega esse sistema e diz que deve ser abolido. Para isso, estudou-o profundamente, revelou suas fraquezas e vem demonstrando sua irracionalidade, apregoando a devolução do conflito à sociedade, para que esta encontre formas de solucioná-lo.

Nascido em 1923, numa região dos Países-Baixos que, de um lado, fazia fronteira com a Alemanha e, do outro, com a Bélgica, Hulsman cresceu católico. Viveu em internatos por vários anos durante sua infância e adolescência, porque "meus pais me achavam terrível e pensavam que era bom para a minha educação". No último ano de internato - ele fugiu de lá aos 15 anos - tomou a iniciativa de começar a estudar teologia moral. Depois, veio a Segunda Guerra Mundial, que o levou a participar da Resistência contra a ocupação nazista. Foi preso pela polícia holandesa por estar com documentos falsos e mandado para um campo de concentração. "Eu usava documentos falsos para não ter de ir trabalhar na Alemanha. Foi chocante ser preso pela polícia de meu próprio país, mas me fez perceber a falsidade do discurso oficial. Entendi que a as leis e a estrutura estatal, feitas para, em tese, proteger o cidadão, sob determinadas circunstâncias podem voltar-se contra ele", diz.

Foi, portanto, no internato e no campo de concentração que ele começou a questionar os discursos oficiais da Igreja e do Estado, questionamento esse que o levou a defender a abolição do sistema penal. Mas isso ocorreu bem mais tarde, quando ele já se tornara professor de Direito Penal na Universidade de Roterdã, cargo que passou a ocupar em 1964. "Descobri que, a não ser excepcionalmente, o sistema penal jamais funciona como querem os princípios que pretendem legitimá-lo", diz.

Dentre seus escritos citamos Louk H.C. Hulsman/ Jacqueline Bernat de Celis. Peines Perdues. Le système pénale en question (Paris: Editions du Centurion, 1982).

IHU Repórter

Uwe Schulz

Por Thamiris Magalhães / Foto Arquivo pessoal

"Sou um ser híbrido. De um lado, tenho minha educação, também formal, alemã; de outro, encontro-me em uma situação de um país latino que, muitas vezes, não tem isso", afirma o professor Uwe Schulz. Natural da Alemanha, o docente afirma que adora viajar e fotografar. "Almejo viajar muito ainda. Aprender bastante sobre coisas que ainda sei muito pouco. Além disso, gostaria de me dedicar mais à fotografia". Uwe frisa que, morando no Brasil há 16 anos, está aprendendo muitas coisas, inclusive ser mais paciente com relação à falta de pontualidade do brasileiro. O resultado de tudo isso? "Não sou mais alemão, mas também não sou brasileiro", declara. Conheça um pouco mais a sua história.

Quem sou eu – Sou um ser híbrido. De um lado, tenho minha educação, também formal, alemã; de outro, encontro-me em uma situação de um país latino que, muitas vezes, não tem isso. Por exemplo, em termos de pontualidade, o brasileiro é menos organizado do que o alemão. E isso, muitas vezes, complica o meu trabalho e me exige mais paciência do que eu deveria ter. Por outro lado, estou aprendendo outras coisas. O resultado de tudo isso? Não sou mais alemão, mas também não sou brasileiro.

Origens – Nasci em Berlim, na Alemanha. Criei-me em Hamburgo e várias outras cidades alemãs, mas principalmente em Bielefeld onde terminei o ensino médio. É ao sul de Hanover, então, mas ao norte da Alemanha. Estudei biologia na Universidade de Constança, no sul do país, à beira do lago de Constança e na Universidade de Bielefeld, onde em 1995 terminei o meu doutorado.

Brasil – Durante todo esse tempo, sempre tive uma forte ligação com a América do Sul, especialmente com o Brasil. Fiz várias viagens, ainda morando na Alemanha. Conheci em uma dessas viagens a minha ex-esposa. Casamos em 1994, na Alemanha, e um ano depois mudamo-nos para o Brasil. Nessa época, trabalhei como funcionário público para o estado de Baden-Württemberg, num instituto de pesquisa que tinha funções parecidas com a nossa Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam) aqui no Rio Grande do Sul. Trabalhávamos com fiscalização ambiental, mas a maior parte era mesmo pesquisa. Trabalhei com questões relacionadas à água e pesca no lago de Constança. Aqui no Brasil, comecei o meu trabalho na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, em Florianópolis. Fiquei lá um ano. Ingressei na Unisinos em setembro de 1996. Então, estou há exatamente 15 anos nesta Universidade. No Brasil, estou há 16 anos e pretendo ficar por aqui. Decidi vir para cá devido às possibilidades de trabalho. Sempre gostei muito do Brasil em termos de diversidade. Como sou biólogo, sei que o país tem muito apelo pela natureza. E, trabalhando no lago de Constança, como funcionário público, senti que os desafios eram limitados. Quando a gente sobe na carreira, temos a tendência de nos afastarmos das coisas de que gostamos. Então, o meu trabalho lá ficou cada vez mais burocrático, administrativo e eu estava mesmo procurando outras coisas. Deixei a segurança do funcionalismo público alemão e troquei para ser professor da Unisinos. E até hoje não me arrependi.

Biologia – Nasci com a biologia. Nunca tive outra ideia profissional que não fosse ser biólogo. Sempre tive muito interesse em tudo que tem a ver com água, principalmente com peixes. Então, nunca foi um problema para mim o que seria a minha profissão. Quando era criança, tinha um aquário pequeno; depois, um maior. Mais tarde, comecei a pescar, mas sempre me interessei mais pelo comportamento dos organismos aquáticos do que ter como resultado da pesca comer um bicho, por exemplo.

Formação – Quando me formei, não existia essa divisão de mestrado/doutorado no sistema educacional americano. Então, fazíamos a graduação e, depois, poderíamos ingressar direto no doutorado. Acredito que, nessa época, a minha graduação na Alemanha foi mais ou menos ao equivalente como o mestrado aqui no Brasil. Então, no meu caso, fiz o doutorado logo após ter concluído minha formação como biólogo. Entrei direto no doutorado, trabalhando com questões da pesca,

no lago de Constança. Quando me formei, emprego era muito difícil. O que tínhamos na Alemanha eram contratos, de três meses a um ano. Então, trabalhei na Suíça, na parte da conservação da pesca. Trabalhei em outros lugares, mas sempre com contratos curtos. A previsão de poder trabalhar como biólogo não era muito positiva. Foi quando resolvi fundar uma empresa de consultoria, que começou a funcionar muito bem. Ao mesmo tempo, o estado de Baden-Württemberg abriu edital de um concurso que, na verdade, eu nem queria fazer, mas os meus pais e amigos acabaram insistindo, por se tratar de concurso público. Então, fiz, consegui a vaga e deixei de ser consultor. Mas acabei fazendo outros cursos também, como a biologia não era muito promissora. Fiz curso na área de turismo, por exemplo, entre outras coisas, mas acabei ficando mesmo com a biologia.

Oportunidade brasileira - Como era funcionário público na Alemanha, pedi licença para vir ao Brasil. Tinha a possibilidade de voltar depois de um ano. Então, o grande desafio, quando cheguei aqui, era conseguir um emprego com uma perspectiva de poder permanecer. Tive um ano para fazer isso. E consegui. Primeiro, com uma bolsa de pós-doutorado na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC; e, depois de um ano, eu pedi renovação da minha licença na Alemanha, que foi concedida. E, em 1996, entrei como professor na Unisinos. A partir disso, pedi demissão na Alemanha.

Família - Meus pais são vivos e moram na Alemanha com meu irmão. É uma família pequena que mora em Bielefeld. Tenho uma companheira, mas por enquanto não estou casado.

Lazer - Gosto de fotografar. Fazer caminhadas. Praticar esportes. Ler. Viajar; acho que esse é o meu maior prazer. Desde os meus 15 anos, já viajava sozinho. Então, acabei indo para vários lugares da Europa e América do Sul.

Autor - Existe um autor americano que se chama Michael Crichton. O livro mais famoso que ele escreveu foi *O parque dos dinossauros*. O autor é médico. Então, ele consegue tratar de assuntos científicos de uma maneira extremamente inteligente. Para a diversão, gosto de ler esse autor. Mas gosto também dos clássicos. Aprecio autores russos. Gosto do Dostoiévski[1] e Tolstoi. Eles tinham uma maneira de escrever que, acho, hoje, ninguém consegue mais.

Livro - *Presa*, do Michael Crichton, que trata de problemas relacionados com a inteligência artificial.

Filme: Gosto do clássico, de quase quatro horas de duração, faroeste, que se chama *Era uma vez no Oeste*, com Charles Bronson no papel principal.

Política brasileira: Estou extremamente decepcionado com a atitude de políticos em geral. Não consigo entender a situação no Congresso, por exemplo. Pessoas que, pela lei, são consideradas corruptas, continuam na vida pública porque o Senado decide a seu favor, para que permaneçam. Isso é uma coisa que não consigo entender.

Religião - Luterana.

Sonho - Almejo viajar muito ainda. Aprender bastante sobre coisas que ainda sei muito pouco. Além disso, gostaria de me dedicar mais à fotografia.

Lembrança - Tenho muito prazer ao ver um trabalho que comecei dar certo. No nosso projeto de pesquisa, por exemplo, tem uma parte que envolve a população e se isso dá certo eu me sinto extremamente feliz. Tem um episódio que um aluno meu me contou quando fizemos uma saída de campo. Nós tivemos um projeto que se chamava Peixe Dourado, trabalho que ligava ciência com educação ambiental. Então, nós usamos a espécie do peixe dourado como motivador para a educação ambiental. Os alunos que fizeram parte desse projeto receberam uma camiseta. Além disso, nossa caminhonete que usamos para a ida a campo tinha a mesma logomarca. Ou seja, estávamos todos muito bem identificados com esse projeto. Quando as pessoas que tinham contato com essas questões nos avistavam e viam a caminhonete, sabiam que se tratava do projeto Peixe Dourado. Então, quando estava com meus alunos, andando no campo, fazendo um levantamento de peixes, eles encontraram um estudante em uma cadeira de rodas. E esse menino olhou para a caminhonete, foi para casa, e, quando voltou, tinha colocado a camiseta do projeto. Essas coisas me fazem muito feliz.

Unisinos - Representa um lugar seguro para trabalhar. A Unisinos é uma universidade particular que está na liderança do país. A avaliação dos nossos cursos, em geral, é muito boa. Ela hoje se distingue de várias outras pelo investimento que faz na área de pesquisa. O professor que trabalha na Unisinos, que é associado a um PPG, tem a possibilidade de trabalhar com pesquisa e fazer um trabalho padrão como nas universidades federais.

IHU - As matérias do IHU sempre enfocam na atualidade, o que acho muito bom, e os jornalistas conseguem preparar essa matéria para uma clientela diversificada, para o leigo. Várias entrevistas que concedi para o Instituto foram muito boas, porque eles conseguiram transformar em uma linguagem que é acessível para todos.

1 **Fiódor Mikhailovich Dostoiévski** (1821-1881): um dos maiores escritores russos e tido como um dos fundadores do existencialismo. De sua vasta obra, destacamos *Crime e castigo*, *O Idiota*, *Os Demônios* e *Os Irmãos Karamázov*. A esse autor a IHU On-Line edição 195, de 11-9-2006 dedicou a matéria de capa, intitulada *Dostoiévski. Pelos subterrâneos do ser humano*, disponível em **http://migre.me/qQUA**. (Nota da **IHU On-Line**)

Destaques

Livro “O (Des)governo Biopolítico da Vida Humana”

Acaba de ser publicado o livro que reúne as principais conferências do **XI Simpósio Internacional do IHU**, intitulado “O (Des)governo Biopolítico da Vida Humana”.

Esta obra é uma contribuição poliédrica de olhares a respeito da vida humana, do seu governo e da sua insurgência, produzida pelos professores(as) doutores(as) Alfredo Veiga-Neto – Unisinos, Andrea Fumagalli – Università degli Studi di Pavia, Cesar Candiotto – PUCPR, Edgardo Castro – Escuela de Humanidades, Frédéric Gros – Université Paris, José Antonio Zamora – Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC), Paula Sibilia – UFF e Vera Portocarrero – UERJ.

O livro pode ser adquirido na Livraria Cultural, no câmpus da Unisinos. Para outras informações entrar em contato com o IHU: Fone (51) 3590-8520 e/ou humanitas@unisinos.br

Keynes em debate no IHU

O Instituto Humanitas Unisinos – IHU promove o **Ciclo de Estudos: Repensando os Clássicos da Economia**, que busca discutir as possibilidades e os limites de uma economia social e eticamente regulada. O próximo autor a ser estudado no ciclo, no dia 10 de outubro, será John Maynard Keynes, a partir do tema “os princípios da economia keynesiana e a crise do capitalismo”. Quem conduz o debate das 20h às 22h, na Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU, é o professor Dr. **Fernando Ferrari Filho**, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Mais informações podem ser obtidas em http://bit.ly/ndTF3S.

Abolicionismo, vida e tempo

O abolicionismo nos dias de hoje é o tema que estará em debate no Instituto Humanitas Unisinos – IHU na próxima quinta-feira, 06-10-2011, no evento **IHU ideias. Marco Antonio Scapini**, que é mestre em Ciências Criminais e integrante do Instituto de Criminologia e Alteridade – ICA, proferirá a conferência *Nas fronteiras da lei: o abolicionismo de Louk Hulsman*, das 17h30min às 19h, na Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU. Leia, nesta edição, uma entrevista com Scapini onde explica que “o abolicionismo (...) emerge justamente de uma repulsa frente à injustiça em todos os sentidos possíveis e imagináveis”.

Siga o IHU no twitter (http://twitter.com/_ihu)

E também no facebook (http://bit.ly/ihufacebook)

Apoio:

SICREDI CARTÕES

UNISINOS

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS